

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS- CCHSL  
CURSO DE PEDAGOGIA

**FRANCINETE SOARES DE OLIVEIRA**

A INVISIBILIDADE DO POVO GUAJAJARA NA HISTÓRIA DA CIDADE DE ARAME/MA

IMPERATRIZ  
2023

**FRANCINETE SOARES DE OLIVEIRA**

**A INVISIBILIDADE DO POVO GUAJAJARA NA HISTÓRIA DA CIDADE DE ARAME/MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão,  
para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva

IMPERATRIZ  
2023

O48i

Oliveira, Francinete Soares de

A invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame/ MA / Francinete Soares de Oliveira – Imperatriz, MA, 2023.

73 f.; il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2023.

1. Indígenas. 2. Povo Guajajara. 3. Cidade de Arame. I. Título.

CDU 37:930-054

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Raniere Nunes da Silva CRB13/729**

**FRANCINETE SOARES DE OLIVEIRA**

**A INVISIBILIDADE DO POVO GUAJAJARA NA HISTÓRIA DA CIDADE DE ARAME/MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão,  
para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 10/03/2023

**BANCA EXAMINADORA**

*Ilma Maria de Oliveira Silva*

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

*Jaciara da Silva Arruda*

Especialista em Educação Jaciara da Silva Arruda

Universidade Federal do Maranhão

*Prof.<sup>a</sup> Dra. Roza Soares da Silva*

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roza Soares da Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Dedico a minha família:  
Meus pais Raimundo e Raimunda Oliveira.  
Meus irmãos Francisco (In Memória),  
Francinaldo e Francialdo.  
Minhas irmãs Francineide, Francimeire,  
Francilene, Franciana (In Memória) e  
Franciara.  
Minhas sobrinhas Anna Erica, Ana Itielly, Ana  
Elisa, Ana Vitória e Ana Mara,  
Meus sobrinhos Hatos Itiel e Calebe.  
E ao povo Guajajara, pois não é de agora, que  
me considero uma Tenetehara  
Kuzán, pois trago no corpo e no  
coração os traços finos da  
cultura Guajajara/Tenetehara.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Todo Poderoso Deus que me escolheu, amou e compreendeu sem nenhuma explicação.

Agradeço a minha família por sempre estarmos juntos em todas as situações, especialmente aos meus irmãos Francinaldo pela sugestão da pesquisa e Francinaldo pela contribuição na coleta de dados e fontes em Arame; aos meus pais e minhas irmãs que também apoiaram com outras contribuições igualmente importantes, além da oração.

Agradeço aos indígenas da região de Arame pela contribuição com a pesquisa, especialmente Vitorino Soares Guajajara, Raimundo Lima Guajajara, Luis Carlos Gomes Guajajara, Edivan dos Santos Guajajara e Jó Lima Guajajara, minha fonte oral e companheiro nessa aventura literária.

Agradeço aos professores de Arame pela contribuição com a pesquisa, especialmente o professor Adailton dos Santos da Silva pela indicação de novas fontes, assim como a gestora Francisca Gomes da Silva Nogueira da Escola Municipal Maria Martins Matias.

Agradeço ao Prefeito de Arame, Dr. Pedro Fernandes Ribeiro, pela contribuição com a pesquisa através dos seus colaboradores, Euzébio Sousa Torres e Karolane Sousa Albuquerque, que disponibilizaram fontes documentais da prefeitura.

Agradeço a Dra. Neusa Maria Gomes Duarte, Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social, ao Sr. Elizeu Chaves Albuquerque, Secretário Municipal de Educação e ao Sr. Antônio Carlos Moreira Lima, Secretário Municipal de Cultura, pela contribuição com a pesquisa disponibilizando fontes documentais e informações correspondentes às suas secretarias.

Agradeço a família do Sr. Francisco da Conceição; o Guarim, pela contribuição com a pesquisa, indicando novas fontes e disponibilizando fontes documentais, especialmente o Sr. Francisco da Conceição Filho, Francisco Conceição e Manoel Conceição.

Agradeço aos Srs. Adiel Pantaleão de Souza, José Nunes Vieira (José Camilo), Raimundo Barrozo de Sousa Braga e Wanderson da Cruz Santos; a Sra. Maria Geneci Dias Costa pela contribuição com a pesquisa indicando novas fontes e disponibilizando fontes documentais.

Agradeço as Sras. Patrícia França Pedrosa Lima, colaboradora da Câmara Municipal de Arame, Valdilene Maria de Oliveira Torres, colaboradora do Fórum de Arame, ao Sr. Marcelo Lima de Farias, Ex Prefeito de Arame e tantas outras pessoas em Arame que contribuíram indiretamente com a pesquisa.

Agradeço ao casal Francisco Antônio Câmara Alves e Edna Fontenelle Lima e a Sra. Eulália Carvalho de Sousa pela contribuição com a pesquisa em Grajaú; ao Sr. José

da Silva Feitosa e a Sra. Maria das Graças Arruda Pinto em São Luís.

Agradeço aos autores Ozano Vieira de Sousa, István Van Deursen Varga, Mércio Pereira Gomes e Claudio Zannoni pela contribuição com a pesquisa para além das suas obras já publicadas.

Agradeço a todas as colegas do curso de Pedagogia 2019.1, especialmente Camila Lima Brandão, Eva Lopes Botelho, Francisca Maria de Sá Almeida, Juliana Farias Lima e, ao meu colega, Paulo Farias Lima pela contribuição com a minha formação acadêmica e amizade durante esses 4 anos.

Agradeço a todos os gestores, diretores, professores e servidores da UEMASUL pela contribuição com a minha formação acadêmica, especialmente a professora Iara Aparecida Paiva e a colega Gilciane da Conceição Monteiro Alves, enquanto bolsista voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEXT).

Agradeço às professoras Flaviana Oliveira de Carvalho e Marinalva da Silva Ferreira, enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), pude conhecer e aprender também na Escola Municipal Moranguinho, especialmente com a professora Gilvânia Vieira Noletto Moraes, e a colega Marinilda de Oliveira Louro.

Agradeço a Deus pela breve oportunidade de conhecer e aprender com o professor Neylson Oliveira da Silva, a quem faço uma homenagem póstuma. Pois o professor Neylson foi a primeira pessoa na UEMASUL com quem falei da pesquisa e, que contribuiu com as primeiras orientações para o projeto da pesquisa. Aquelas primeiras orientações foram fundamentais para eu acreditar no potencial da pesquisa.

Agradeço a Historiadora, Mestra em Arqueologia e Coordenadora de Patrimônio Histórico e Cultural do Museu - Centro de Pesquisa em Arqueologia e História Timbira (CPAHT), Danielly Moraes Rocha Marques, pela contribuição com o projeto da pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Dra. Ilma Maria Oliveira da Silva, pela gentileza de me aceitar como sua orientanda, pela sua elegância com as palavras e as contribuições para a realização desta monografia.

Agradeço a Mestranda Aline de Sousa Silva e a Prof.<sup>a</sup> Dra. Roza Soares da Silva, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, por aceitarem o convite para compor a banca avaliadora desta monografia.

Todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito. Romanos 8:28.

## **RESUMO**

Este trabalho objetivou analisar a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame. Buscamos durante a pesquisa responder o seguinte problema: quais os caminhos tomados para invisibilizar os seus moradores indígenas Guajajara na história da cidade de Arame/MA. Optamos pela abordagem qualitativa por esta apresentar os dados de forma descritiva e analisar e discutir os resultados obtidos considerando os autores que deram suporte ao estudo. Para a coleta e análise dos dados utilizou-se de questionários e entrevistas; e para a fundamentação lançamos mãos dos estudos dos pesquisadores: Wagley, Galvão (1955), Gomes (2002), Varga (2002/2008), Zannoni, Pirotta, Zuffellato (2018), Sousa (1989), Oliveira (2019). Os resultados revelam que a história da cidade de Arame invisibiliza a presença e contribuição do povo Guajajara na formação da cidade como a conhecemos hoje.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povo Guajajara. Arame. História

## **ABSTRACT**

This work aimed to analyse the invisibility of the Guajajara people in the history of the city IF Arame. During the research, we sought to answer the following problem: which paths were taken to make its Guajajara indigenous residents invisible in the history of the city of Arame/MA. We opted for a qualitative approach because it presents the data descriptively and analyzes and discusses the results obtained considering the authors Who supported the study. For data collection and analysis, questionnaires and interviews were used; and for the foundation we used the studies of researchers: Wagley, Galvão ( 1955), Gomes (2002), Varga (2002/2008), Zannoni, Pirotta, Zuffellato (2018), Sousa (1989), Oliveira (2019). The results are that the history of the city of Arame makes the presence and contribution of the Guajajara people invisible in the formation of the city as we know it today.

**KEYWORDS:** Guajajara People. Arame. History.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>   | 11 |
| <b>2 INVISIBILIDADE DO POVO GUAJAJARA NA HISTÓRIA DA CIDADE ARAME</b>                             | 15 |
| <b>2.1 Francisco Guarim: o primeiro morador?</b>  | 15 |
| <b>2.2 Arame: os primeiros registros</b>  | 18 |
| <b>2.3 O povo Guajajara: os primeiros moradores</b>   | 22 |
| <b>2.4 O que dizem as primeiras notícias e as primeiras leis sobre o povo Guajajara em Arame?</b> | 24 |
| 2.4.1 Os Jornais do Estado  | 26 |
| 2.4.2 As Leis do Município  | 31 |
| <b>3 UM OLHAR PARA O CURRÍCULO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>                              | 37 |
| <b>3.1 Arame: Da aldeia a cidade</b>  | 37 |
| <b>3.2 O currículo que esconde um povo</b>  | 44 |
| <b>4 CONCLUSÃO</b>  | 51 |
| <b>ANEXOS</b>   | 53 |
| <b>APÊNDICES.</b>   | 71 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | 73 |

## 1 INTRODUÇÃO

A história de uma cidade proporciona a aproximação e o contato com o passado, nesse processo a escola pode ser um veículo de transmissão dos conhecimentos históricos, contribuindo para o reconhecimento da identidade dos moradores.

A disciplina de história utilizada no currículo do Ensino Fundamental conforme a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) tem como um dos seus objetivos estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem conforme a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas.

Considerando esse objetivo e o tempo atual, inspirei-me para elaborar esta pesquisa com ênfase na investigação sobre o lugar onde nasci e vivi até meus 17 anos, a cidade de Arame, no Maranhão.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o Município de Arame comporta uma área territorial de 2.976.039 km e uma população estimada de 32.825 pessoas, em 2021. Já a cidade-região de Arame, cuja distância é de 303,14 km, sendo 449 km da capital São Luís e 338 km da cidade de Imperatriz, no Maranhão.

Arame pertenceu ao Município de Grajaú de 1960 a 1980, tornando-se Município de Arame em 17 de janeiro de 1988, com sede própria na cidade de Arame. A proposta da realização de uma pesquisa sobre o lugar onde nasci e vivi até meus 17 anos revelou-me que não conheço a história da minha cidade e destacou a ausência da história da cidade de Arame-Ma do currículo escolar do Ensino Fundamental da educação do município.

Dessa forma, esta pesquisa assume importante representação para a comunidade de Arame, visto que o propósito do estudo é abordar de forma mais específica o povo Guajajara.

A saber, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2022) o povo Guajajara é um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Habitam mais de 10 terras indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão, nas regiões dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutuia. A terra indígena Araribóia, habitada pelos Guajajara tem uma extensão de 413.288,47 km, compreende os municípios de Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Santa Luzia do Maranhão, Grajaú e Arame.

No processo de produção da pesquisa percebi que a cidade de Arame é caracterizada por uma diversidade de desdobramentos históricos que ainda não foram explorados e, por isso, não são reconhecidos por sua gente. Isso acontece por diversos motivos, que vão desde a

história não contada da presença e contribuição do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje, à existência de poucos registros da história de formação do povo de Arame.

Embora esses registros apontem alguns nomes e elementos históricos, não estão acessíveis a todos, pois são acervos pessoais de alguns dos moradores mais antigos da cidade.

A partir do exposto elaborei o seguinte problema que será respondido por meio da pesquisa: A história da cidade de Arame contribui para o reconhecimento da origem de seus moradores indígenas e como a história local os representa no currículo do Ensino Fundamental?

A partir desse problema temos como objetivo geral analisar a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame. Os objetivos específicos são: averiguar a presença do povo Guajajara na história local, discutir as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje e analisar como essa história está presente no currículo do Ensino Fundamental.

Quanto à metodologia, esta trata-se assim de uma pesquisa documental e de campo, por meio dos quais analisei os seguintes documentos acerca da história recente da cidade de Arame: Leis de criação do Brasão e do Hino, obtidos na Prefeitura Municipal e na pesquisa de campo os dados coletados por meio de questionário e entrevista com os moradores, secretários e, principalmente os professores da Escola Maria Martins Matias e as fontes orais dos indígenas Guajajara mais antigos das aldeias em torno da cidade.

Para Francisco de Assis Carvalho de Almada (2022), a pesquisa documental é de cunho teórico, realizada por meio de estudo de documentos, que embora se assemelhe a pesquisa bibliográfica, diferencia-se desta, pela natureza das fontes de pesquisa e pelos documentos, que podem ser escritos ou não, ou que ainda não receberam tratamento analítico.

Sendo “possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental” (GIL, 2002, p.52, apud ALMADA, 2020, p. 11).

Ainda para Almada (2022, p.11-14), a pesquisa de campo “é uma investigação prática realizada em um local previamente definido que atende aos objetivos propostos no projeto. Os instrumentos mais comuns para coletar dados no campo são as observações, os questionários, os formulários e as entrevistas”. O questionário pela “composição das questões que foram apresentadas por escrito às pessoas” e a entrevista estruturada pelas “perguntas definidas”.

Almada compreende que as entrevistas estruturadas são aquelas cujo roteiro não é modificado, ou seja, são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, recomendam o uso desse tipo em ambientes ou realidades pouco conhecidas pelo

pesquisador. Elas são usadas, principalmente, quando o pesquisador deseja comparar o ponto de vista dos entrevistados. Portanto, todos terão que responder às mesmas perguntas para poder fazer a comparação (GIL, 2006, apud, ALMADA, 2022, p.14).

Para fundamentação teórica utilizamos as obras de Charles Wagley, Eduardo Galvão (1955) e Mércio Pereira Gomes (2002), que fazem um apanhado sobre os espaços ocupados pelos indígenas na região antes de 1963; de István van Deursen Varga (2002/2008) que propõe essa significativa participação e inclusão na história dos indígenas, como sendo os primeiros moradores de Arame; de Claudio Zannoni, Luis Pirotta, Jan Zuffellato (2018) que apresentam a mais conhecida teoria da cerca que deu origem ao nome da cidade; de Ozano Vieira de Sousa (1989) que descreve a emancipação da cidade com uma perspectiva diferente sem qualquer menção ao povo Guajajara e as suas contribuições; de Cynthia Helena Chaves Oliveira (2019) que faz um apanhado sobre os espaços ocupados pela visibilidade/invisibilidade indígena em uma escola de Grajaú-MA; e as análises da pesquisa de campo com os professores da Escola Maria Martins Matias em Arame que descrevem o currículo do Ensino Fundamental com uma perspectiva diferente sem qualquer menção ao povo Guajajara na história local.

Para a pesquisa documental utilizamos recortes dos jornais O Governo e Tribuna Regional e as fontes orais para a realização desta pesquisa com o povo Guajajara foram: os senhores, Vitorino Soares Guajajara e Raimundo Alves de Lima Guajajara, e o senhor Raimundo Barrozo Souza Braga.

Acredito que esta pesquisa produz conhecimentos que favoreçam o registro da história da cidade de Arame a partir do povo Guajajara, em especial a importância desse povo para formação e identidade da sociedade de Aramense. Além disso, acredito que a partir do conhecimento produzido por esta pesquisa permitirá que os cidadãos que poderão criticamente desenvolver relações afetivas com a cidade e suas instituições, nesse caso, específico a Prefeitura e a Câmara Municipal, como representantes do poder público, e as escolas do Ensino Fundamental.

Pois entendo que a história local difunde potencialidades, estimula o desenvolvimento ético, profissional e cultural, proporcionando aos seus cidadãos o conhecimento por meio do acesso aos bens culturais disponíveis.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, tem-se a introdução que apresenta os objetivos, o problema, os referenciais teóricos. No segundo capítulo discute-se a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame a partir da história de vida do senhor Francisco Guarim passando pelos primeiros registros da

presença e contribuição do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje.

O terceiro capítulo analisa a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame a partir do currículo das escolas municipais do Ensino Fundamental. Ao final, as considerações finais da qual busca responder os objetivos do trabalho.

## **2 A INVISIBILIDADE DO POVO GUAJAJARA NA HISTÓRIA DA CIDADE DE ARAME**

Esse capítulo pretende analisar a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame, primeiramente revisitando a obra “Raízes Aramenses” de 1989, do autor grajauense Ozano Vieira de Sousa. Revisitando por essa obra ser parte das minhas leituras, possivelmente por ser a obra mais conhecida e divulgada, fácil de ser encontrada, hoje, na rede mundial de computadores e na oralidade coletiva do povo de Arame, visto que faz parte das histórias contadas na cidade. Por essas razões, a obra “Raízes Aramenses” apresenta a perspectiva histórica mais forte e determinante do município de Arame.

Sousa (1989) iniciou sua obra sobre a história da cidade de Arame tendo como fonte oral o senhor Francisco Guarim, em novembro de 1987. Morador de Arame de 1983 a 1990, sua pesquisa perdurou 02 anos e segundo ele: “sua obra não tem uma amplitude no aspecto descritivo e reconhece seus limites, admite seus erros, reconhecendo que cometeu omissões”.

Uma leitura mais atenta desse valioso documento aponta que o autor narra a história da cidade a partir da história de vida do senhor Francisco Guarim, o mais reconhecido morador de Arame. Entretanto, é duas histórias distintas como passo analisar a seguir primeiramente a partir da história de vida do senhor Francisco Guarim descrito por ele ao autor.

Depois analiso os primeiros registros sobre a cidade quando esta ainda era uma grande aldeia de indígenas Guajajara a partir da obra de Wagley, Galvão (1955), Gomes (2002) e Varga (2002/2008), passando pela coleta de dados da pesquisa de campo entre os indígenas Guajajara mais antigo das aldeias em torno da cidade de Arame e do Sr. Barroso que viveu na região durante sua infância.

Concluo analisando a história recente da cidade de Arame, antes, durante e depois da sua emancipação, a partir das informações registradas em dois antigos Jornais, “O Governo e “Tribuna Regional”, veículos de comunicação do Estado e, ainda, a partir da análise de duas leis do Município.

### **2.1 Francisco Guarim: o primeiro morador?**

Apesar de o sobrenome Guarim ser o mais conhecido na cidade de Arame, o mesmo não consta no registro de nascimento do Sr. Francisco. O mais reconhecido e ilustre morador da cidade, na verdade, se chama Francisco da Conceição (Anexo 1 – os documentos do Guarim).

Piauiense, filho de agricultores, dedicou grande parte do seu tempo ao trabalho da lavoura e por motivos particulares e por problemas desconhecidos, o senhor Francisco Guarim, resolve abandonar sua terra natal, emigrando definitivamente para o Maranhão. Chegando aqui em fevereiro de 1949, com apenas 39 anos, onde se instalou, inicialmente, por dois meses, em Codó e após este período em Coroatá, vivendo neste município por um ano e seis meses (SOUSA, 1989, p. 17).

Ao analisar essa primeira descrição sobre a história de vida do Sr. Francisco Guarim, percebo que se assemelha a história de muitos nordestinos, piauienses, filhos de agricultores que abandonaram suas terras naquele mesmo período em busca de uma vida melhor e mais digna no Maranhão e outros estados da federação.

Em Coroatá, casou-se com dona Eva e seguindo a sua caminhada em busca do seu objetivo de encontrar um lugar adequado para a sua estabilização no comércio e na agricultura local, chega a Santa Luzia, em outubro de 1951. Como lavrador e comerciante adquiriu status social, tornando-se um dos homens mais conhecidos naquela grande região (SOUSA, 1989, p. 18).

Porém, nesse segundo registro, a história de vida do Sr. Francisco Guarim, percebo que se diferencia de tantas outras de tantos nordestinos que não conseguiram uma vida melhor e mais digna no Maranhão. Pois, o Sr. Francisco Guarim consegue ao lado da sua esposa “migrar” do status social de lavrador para um dos mais conhecidos comerciantes da cidade de Santa Luzia, no Maranhão.

Como comerciante Francisco Guarim enfrentou as dificuldades próprias daquela época, sem estradas, as mercadorias eram transportadas por animais e os comerciantes eram identificados e conhecidos como: comerciante ambulante, caixeiro ambulante ou vendedor ambulante. Mesmo com essas dificuldades e prosperando em Santa Luzia, depois de 12 anos, resolve buscar um local onde pudesse exercer toda sua capacidade de grande líder e conhecedor das selvas maranhenses e assim, adentra as matas e descobre o lugarejo Arame em março de 1963 (SOUSA, 1989, p. 19).

Nessa terceira descrição sobre a história de vida do Sr. Francisco Guarim, percebo ser marcada por muitas mudanças, pois mesmo prosperando em Santa Luzia do Maranhão, ele resolve deixar tudo para trás novamente para se tornar não só o mais conhecido morador ou comerciante local, mas para colocar seu nome definitivamente na história como o fundador da cidade de Arame que se tornou.

Francisco Guarim chega com seu irmão Custódio Guarim e José Cardoso, conduzidos a base de animais, cavalos e mulas e após reconhecer a terra, seguiu viagem com destino à cidade de Santa Luzia, em busca da família e proventos para recomeçar uma vida nova e retornou definitivamente no dia 4 de agosto de 1963, às 16:00 da tarde, para o lugarejo ainda sem nome (SOUSA, 1989, p. 19).

A história de vida do Sr. Francisco Guarim, pode confundir-se com a história da cidade de Arame, pois se entrelaçam como se tratasse de uma única história, mas, na verdade, não são. Assim, percebo claramente a omissão da presença do povo Guajajara na história da cidade, tratando-se, assim, mais de uma bibliografia do Sr. Francisco da Conceição, o Guarim do que necessariamente da história da cidade ou pelo menos uma breve parte dela.

Mostrarei nas subseções seguintes que o processo de invisibilidade do povo Guajajara inicia-se a partir desta versão mais conhecida e divulgada da história da cidade de Arame ao longo de três décadas de sua emancipação em 1988.

Em busca de outros elementos históricos que estão para além da análise da obra do autor. Entrevistei-o pessoalmente, em sua residência.

Perguntado sobre a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame a partir da descrição do Sr. Francisco Guarim após sua chegada no até então “lugarinho ainda sem nome” se esta teria sido uma omissão dele, Guarim, enquanto sua fonte oral ou sua enquanto autor da obra.

Sousa respondeu: “Foi minha a omissão, enquanto autor, de deixar de fora da obra às descrições feitas pelo Guarim quanto à presença dos indígenas. Pois delimito a obra única e exclusivamente a partir da história dele até a emancipação da cidade”. (SOUSA, entrevista realizada no dia 02/01/2023, na cidade de Grajaú)

Entretanto, vale ressaltar, que as duas descrições feitas pelo autor aos indígenas são referindo-se ao mesmo como: “Era evidente, que os Índios se manifestassem; assim como as feras carnívoras que até hoje fazem das selvas, o seu sagrado Habitat Natural” (SOUSA, 1989, p. 19) e que “Guarim foi também um primeiro ao confronto com os Índios e com as feras, que até então era os verdadeiros nativos dessa Área Florestal” (SOUSA, 1989, p. 20).

Concluo essa primeira subseção, com a reflexão que a percepção estereotipada do indígena como um “selvagem” crescia juntamente com a “área florestal” e como descrevi anteriormente, inicia-se assim o processo de invisibilidade do povo Guajajara, o apagamento da sua presença na história local.

Guarim, não foi o primeiro morador não indígena, visto que “ao chegar ali, já encontrou dois outros moradores não indígenas instalados toscamente em barracas construídas de madeiras e cobertas de palhas de anajá” (SOUSA, 1989, p. 21).

Dessa forma, não apenas Guarim, mas também os dois outros moradores não indígenas que chegaram a Arame encontraram todo um povo. Os Guajajara, portanto, a compreensão de que aquele lugarinho tratava-se de “um longo trecho tão desabitado e sem dono” (SOUSA, 1989, p. 20) também estava equivocada.

## 2.2 Arame: os primeiros registros.

Após analisar a perspectiva já conhecida, a do não indígena, passei a pesquisar outras perspectivas da história da cidade de Arame. Para tanto, a partir de novos textos escritos de significativos estudiosos e do registro de memória do povo Guajajara das aldeias em torno da cidade, por meio da oralidade

Os primeiros contatos com os registros de outra perspectiva do processo de povoamento e formação da população de Arame aconteceu através da obra “Os Índios Tenetehara (Uma Cultura em Transição)”, dos antropólogos; Charles Wagley, Eduardo Galvão que estiveram na região no período de novembro de 1941 a março de 1942 e em fevereiro de 1945, a maio do mesmo ano.

Wagley, Galvão (1955, p.9) iniciaram a pesquisa sobre o povo Guajajara tendo-os como fontes orais, e segundo eles sua obra “é um apêndice com a descrição sistemática e detalhada dos principais elementos da cultura material Guajajara”.

A obra dos autores descreve sobre as aldeias situadas nas marginais da Estrada do Sertão ou estrada do gado, 10 aldeias que acompanham o rio Zutiua, e dentre estas a aldeia Tawari Queimado, o que me fez perceber que são as mesmas aldeias, a mesma estrada e o mesmo rio da região onde está hoje a cidade de Arame.

Para os autores Wagley e Galvão (1955), Diniz (1994), Gomes (2002), Varga (2002/2008), a aldeia Tawari Queimado, na Estrada do Sertão, próxima ao rio Zutiwa, tida como dos maiores agrupamentos Guajajara, contando com mais de 250 indivíduos, na década de 1940, mapeada por Wagley, Galvão como o nome de Taruari Queimado e posteriormente por Diniz com o nome de Taquari Queimado, 20 anos depois seria descrita por Gomes e Varga, como a aldeia que “daria lugar para a hoje cidade de Arame”, na década de 1960 (GOMES, 2002, p.294), (Anexo 2 os mapas).

Após uma vasta e exaustiva pesquisa na internet e a partir das análises das obras do professor István van Deursen Varga, intituladas “A insustentável leveza do estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão”, de 2008 e “Pelos Fronteiras e Trincheiras do Indigenismo e do Sanitarismo a atenção às DST em comunidades indígenas no contexto das políticas e práticas indigenistas e de saúde, na Pré-Amazônia” de 2002, tem-se a reafirmação que o povo Guajajara são os primeiros moradores do território de Arame.

As obras de Vargas apontaram outra perspectiva histórica da cidade de Arame, documentando significativa presença e participação do povo Guajajara no histórico processo

de povoamento e formação da população desse município e reforçam os pressupostos históricos de Wagley e Galvão (1955) que abordam o mesmo território no período de 1963, contexto antecede a chegada do Sr. Guarim.

Para melhor fundamentação da perspectiva histórica do processo de povoamento e formação da população do município de Arame a partir do povo Guajajara, propus-me a averiguar mais minuciosamente a obra de Mércio Pereira Gomes, intitulada “O Índio na História; O povo Tenetehara em busca de liberdade”, de 2002, fonte bibliográfico-documental de Varga (2002/2008).

A análise da obra de Gomes (2002, p.294), destaca que a aldeia Tauari Queimado já existia na década de 1930, devido às informações do encarregado do Posto Gonçalves Dias<sup>1</sup>.

Conforme registro em:

José Teodoro Mendes, que envia seu relatório ao inspetor Virgílio Bandeira, dando conta de sua administração no ano de 1934, apresenta uma população de 1.165 de Guajajara vivendo em 18 aldeias, e entre as aldeias estava Tauari Queimado com 78 habitantes.

Gomes (2002), baseado no relatório de José Teodoro Mendes, não apenas reafirma que a aldeia Tauari Queimado trata-se do local que hoje é a cidade de Arame, como autêntica que o povo Guajajara é o primeiro a povoar esse território. Segundo Gomes (2002), o povo Guajajara estaria naquela região pelo menos 10 anos antes do registro feito por Wagley, Galvão (1955), 1930, três décadas antes da chegada do Sr. Guarim.

Segundo depoimento do Sr. Pedro Marizê (colhido na aldeia Juçaral em julho de 2000), durante a década de 1930 os Guajajara do alto Pindaré passaram a receber visitas mais frequentes de comerciantes de peles de animais e de caçadores regionais que, utilizando-se da Estrada do Sertão, faziam pouso próximo à aldeia Tauari Queimado. Guajajara, habitantes de várias outras aldeias (como Jenipapo, Queimadas, Parinanaua) também se mudaram para a do Tauari Queimado, de modo que, ao final da década, esta já abrigava cerca de 400 pessoas [...] (VARGAS, 2002, p. 33 apud GOMES, 2002, p. 314, 402).

Apesar de iniciarem suas pesquisas sobre o povo Guajajara tendo principalmente fontes orais em diferentes épocas, pois Gomes (2002) esteve na região em 1975 e Varga (2002/2008) entre 1994 a 2000. As pesquisas desses estudiosos que tratam de descrições de elementos da presença do povo Guajajara na região têm um grande valor histórico, pois

---

<sup>1</sup>Posto Gonçalves Dias - Era um posto dentro da área indígena com um encarregado do Serviço de Proteção ao Índio, um órgão federal. Esse encarregado era o representante do governo federal dentro das aldeias. Este posto fica próximo à aldeia Januária na região do Médio Pindaré. Uma das funções desse posto era assistência educacional e de saúde aos indígenas e além de fiscalizar o comércio e impedir a invasão das terras consideradas indígenas.

reafirmam que os mesmos não só já estavam naquela região, onde está localizado hoje o território de Arame, como também contribuíram para a formação da cidade.

Tais contribuições também são visivelmente encontradas nas análises desses três autores: Wagley, Galvão (1955), Gomes (2002) e Varga (2002/2008), principalmente no campo das relações comerciais.

Porém, os Tenetehara participam hoje do sistema comercial brasileiro, tendo adquirido hábitos e objetos que passaram a constituir necessidades. Antigamente andavam nus, hoje se vestem e têm que comprar roupas. As mulheres, que aprenderam a costurar, precisam de tecidos, agulhas, linha. O sal tornou-se indispensável; não poucos desenvolveram um gosto pelo café e açúcar; o querosene é usado para a laminação. No trabalho agrícola são necessários facões e machados de ferro: na caça, as carabinas de carregar pela boca substituíram o arco e flecha; na pesca, anzóis de ferro são usados (Wagley, p.170, 1955).

Wagley e Galvão (1955) descrevem que essas relações comerciais passaram a determinar também a relação de trabalho e prestígio dentro das aldeias. O povo Guajajara trabalhava na coleta e extração de óleo de copaíba, coco babaçu, além dos produtos da agricultura, ambos para consumo e venda.

O plantio e a colheita eram empreendimentos, fonte de renda, poder aquisitivo e status social, assim como a caça, ainda que em menores escalas. Mas, havia também nessa relação comercial, uma relação de exploração por parte dos não indígenas.

Em outras colônias, os Tenetehara se ocupavam da coleta e venda de óleo de copaíba (relatórios de presidentes, anos 1855, 1867, 1883) no fabrico e venda de farinha de mandioca as populações locais e trabalhando na construção de estradas (Relatório do presidente, 1856:68) (GOMES, 2002).

Gomes (2002) e Varga (2002/2008) descrevem que essas duas relações entre esses dois povos: comércio e exploração; indígenas e não indígenas constam desde os primeiros contatos. Porém, destacam uma relação de serviço também, ou seja, eles contribuíram com o trabalho de abertura da Estrada do Sertão ou estrada do gado às margens do rio Zutiwa, como guias de rebanho e/ou em lavouras dos fazendeiros da região em 1860, um século antes do Sr. Guarim.

Em 1860, os trabalhos de abertura da “Estrada da Boiada” também chamada de “Estrada do Sertão” (partia de Carolina, passando por Grajaú, margeando inicialmente o rio Buriticupu; na década seguinte, seria desviada para margear o rio Zutiwa, em terreno menos alagadiço), ligando as frentes pecuaristas do sul ao mercado consumidor da capital, mobilizou muitas famílias Guajajara da região de Grajaú que, a partir de seu funcionamento, em 1863, passaram a trabalhar como guias de rebanho ou em lavouras dos fazendeiros da região, instalando suas aldeias ao longo da Estrada. Deste modo, as relações interétnicas e de troca dos Guajajara desta região com a sociedade envolvente consolidaram-se, a partir das últimas décadas do século XIX, no universo sócio-econômico da pecuária e da agricultura

regionais (sobretudo de algodão, arroz e mandioca) (MARQUES, 1970 apud VARGA, 2002) (GOMES, 2002 apud VARGA, 2002. p.31).

Mostrarei na subseção seguinte que essas relações comerciais e de trabalho estão estritamente ligadas à expansão do “longo trecho tão desabitado e sem dono”, até hoje na cidade que Arame se tornou.

Em entrevista on-line no dia 13/06/2022 com Varga, questionando-o: Qual foi sua fonte para afirmar que o local onde está a cidade de Arame hoje teria sido uma aldeia indígena Guajajara? Para o autor: “Minha fonte bibliográfica foi Mércio Gomes, mas já tinha ouvido antes de ler o livro, inclusive na memória dos Guajajara e de alguns moradores”.

Por email no dia 08/09/2022 fiz a Gomes, a mesma pergunta: Qual foi sua fonte para afirmar que o local onde está a cidade de Arame hoje teria sido uma aldeia indígena Guajajara? O autor respondeu: “No meu livro tem o relato de um indígena que subiu a estrada do sertão pelas aldeias. Uma delas, a maior, chamava-se Tauari Queimado, isto em 1941. A informação dos indígenas que conheci em 1975 e de moradores que viviam ali. Só isso que sei. Na verdade, de certa forma eu sou uma fonte primária”.

Concluo com o reconhecimento de que minhas pré-concepções estereotipadas dos indígenas que moram nas aldeias do município de Arame mudaram durante a produção dessa pesquisa. Historicamente, importante parte do meu desenvolvimento é inerente ao desenvolvimento do município. Percebo que assim como eu, os novos descendentes do território de Arame não (re)conhece o povo Guajajara como parte fundamental da história da cidade de Arame. Consequentemente, “os novos moradores” dão continuidade ao processo de apagamento desse importante povo, desconsiderando-os às suas marcas identitárias e suas diversas e distintas contribuições à história da cidade. Dessa forma, as contribuições históricas, sociais, econômicas e culturais do povo Guajajara no território de Arame são marcadas pelo etnocentrismo.

O processo de apagamento do povo Guajajara permanece há três décadas da emancipação da cidade e materializa-se na representação da pessoa do Sr. Guarim, escolhido desde então como “o novo dono daquele lugarejo” (SOUSA, 1989, p. 22), “os primeiros habitantes juntamente com suas famílias” que “buscaram um nome para identificação do lugar” (SOUSA, 1989, p. 24). O Sr. Guarim encontrou “o seu lugar” na história local como o primeiro morador e único fundador da 2ª cidade do Maranhão a emancipar-se politicamente em 1988.

### **2.3 O Povo Guajajara: os primeiros moradores.**

Partindo da premissa que as fontes bibliográficas-documentais têm a memória oral do povo Guajajara como fonte primária. Também os encontrei pessoalmente para (re) conhecer a perspectiva do povo Guajajara. Para tanto utilizei a entrevista como instrumento técnico-científico para coleta das informações. .

Os dois indígenas Guajajara, considerados os mais antigos das aldeias em torno da cidade, foram à residência dos meus pais. Questionei-os sobre a história da cidade de Arame antes da chegada do Sr. Guarim. Vitorino Soares Guajajara respondeu que: “[...] o que eu lembro que meus pais contavam é que aqui era uma aldeia chamada Tawari Queimado nos anos de 1921. O local da aldeia ficava lá no morro” (VITORINO, entrevista realizada no dia 10/09/2022, na cidade de Arame).

Já Raimundo Alves de Lima Guajajara disse que: “[...] Meu pai contava que aqui era uma aldeia lá no morro. A mata era fechada. Aqui passava bois e onças”. (RAIMUNDO, entrevista realizada no dia 10/09/2022, na cidade de Arame).

Indaguei-os também sobre as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje. Para Vitorino Guajajara: “[...] Nós ajudava tangendo os bois pelo dinheiro para comprar comida. A gente compra e paga no comércio. Nós deixamos a cidade perto para comprar, Grajaú era muito longe e sem estrada”.

Segundo Raimundo Guajajara: “[...] O cacique Felipe na época da demarcação determinou que a cidade de Arame ficasse fora da área indígena, como a cidade mais próxima das aldeias que servia para comprar comida e vender também”.

As informações apresentadas pelos indígenas autenticam as fontes bibliográficas-documentais e reiteram a relevância do povo Guajajara no processo de povoamento e formação da população de Arame e aponta que, embora as fontes e as épocas difiram, não há conflito nas informações.

Uma importante contribuição para a fundamentação da perspectiva de que o povo indígena Guajajara tem significativa contribuição no processo de povoamento e na construção da população do território de Arame é dada pelo Sr. Barrozo, antigo morador, que por meio escrito apresentou-me um depoimento pessoal que documenta as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje.

O Sr. Barrozo escreveu: “[...] Os índios da região eram pacatos, eram quem acolhiam e arranhavam (hospedavam) os viajantes. Compravam alguns objetos: tecidos, ferramentas, utensílios para cozinha e mesa, açúcar, sal, etc. Pagavam com tamutarera (dinheiro) ou, em

troca de farinha, carnes de suínos, carne de caça e até com galinhas, e alguns desses índios foram tangedores (tocadores) de bons para os boiadeiros. (BARROZO, relato realizado no dia 05/01/2023).

Na pesquisa de campo averigui que a presença do povo Guajajara e as suas contribuições para a formação da cidade de Arame começaram na década de 1930, quando o lugar era apenas uma aldeia povoada pelos indígenas Guajaras, chamada Tawari Queimado.

Mas, a partir do final da década de 1950, há uma brusca mudança na história da aldeia Guajajara, refletindo em um crescente processo de (in) visibilidade, promovido pelos não indígenas, novos moradores e investidores que estavam chegando.

A década de 1940 assistiu a um significativo trânsito de lavradores sem terra pela Estrada do Sertão, no sentido norte e no sentido sul, em busca de terras devolutas. A Estrada do Sertão alargava-se à medida que aumentava o volume e o ritmo de seu movimento, tornando-se rodovia de ligação entre Grajaú e Santa Inês, passando por Santa Luzia. Em consequência da intensificação do contato com esses migrantes, ao final da década de 1940 e início da de 1950, sucessivos surtos de sarampo alastraram-se pelos vales dos rios Grajaú e Pindaré, vitimando muitas aldeias Guajajara, causando-lhes grande despopulação. Nesta época, aldeia Tauari Queimado também foi desativada, após um surto de varíola que, entre 1947 e 1948, dizimou seus habitantes (cujos remanescentes deslocaram-se para outras aldeias à beira do rio Zutiwa). A localidade deixava, assim, de ser considerada aldeia indígena, constituindo-se no povoado de lavradores migrantes chamados Arame (VARGA, 2002, p. 34, apud GOMES, 2002, p. 316).

O processo de invisibilidade do povo Guajajara perpassa por toda a emancipação da cidade de Arame, perpetuando o Sr. Guarim e a sua história de vida como se fosse também a única história da cidade. Porém, antes desse período ocorreram outros eventos de amplitude nacional e regional que incentivaram a chegada de emigrantes como o Sr. Guarim para empossarem-se do atual município de Arame e urbanizá-lo. Foi um intenso êxodo de emigrantes que contribuiu para a invisibilidade territorial, política e cultural do povo Guajajara.

A chegada dos emigrantes, comerciantes, fazendeiros, boiadeiros, afastaram mais ainda os indígenas da história daquele “pequenino lugarejo”, como diz Sousa (1989) “Primeiro, foram algumas casas construídas toscamente; depois o pequenino lugarejo que deu origem ao distrito; aos poucos foi crescendo, crescendo, crescendo e chegando cada vez mais bem próximo de sua libertação política”.

A expansão veio após a construção da Estrada do Sertão ou estrada do gado, pois a transformou em passagem de bois e boiadeiros. Com os boiadeiros o abastecimento local e a escoação de alimento têm um fluxo intenso, além de um comércio de compra e venda de todo tipo de mercadoria.

O mercado promissor de terras vastas que teria atraído o Sr. Guarim e tantos outros emigrantes para a região, fazendo do “pequenino lugarejo” o povoado Arame.

Era por demais natural que fosse chegando pessoas para o eventual crescimento do lugar [...] Francisco Guarim, era comerciante e a mercadoria de que dispunha, já não era o suficiente para a sustentação de um povo que se juntava mais e mais [...] Os Índios procuravam demais, os perfumes que ele vendia. E dentre outras mercadorias estavam os remédios, sendo que os principais eram à base de Xaropes, Purgantes e Comprimidos como Fontol, Melhoral, Meracilina, Pílulas Contra, Gripagil e Cibalena. (SOUSA, 1989, p.26).

Na pesquisa, averigui também que as contribuições dos indígenas que moram nas aldeias em torno da cidade de Arame não mudaram com o passar do tempo. Eles continuam contribuindo com a produção agrícola, na compra e venda do comércio local, e através dos recursos econômicos das aposentadorias dos mais velhos e do salário de alguns jovens que são funcionários do comércio local e da prefeitura; além dos funcionários indígenas e não indígenas que trabalham nas aldeias como agentes de saúde e professores.

O povoado cresceu juntamente com uma geração de indígenas Guajajara que não tiveram o devido reconhecimento dessas contribuições. Nomes e histórias perdidas.

Como resultado do processo de invisibilidade que ainda está posto mesmo após décadas, a cidade não reconhece os seus de fato primeiros moradores com as suas famílias.

Pois quando o Sr. Guarim chegou, a aldeia e a cerca, que deu nome ao povoado, já existiam ali. A “ainda existente aldeia Indígena Toary, cujos moradores encontraram alguns fios ou pedaços de arame, resolveram, com muita convicção, patentear e escolher o verdadeiro nome de Arame” (SOUSA, 1989, p.24). O Sr. Barrozo relatou que: “Purcino Barrozo Braga, meu pai, passou nessa região pela primeira vez no ano de 1946. A cerca de arame farpado no Tauari já existia”.

#### **2.4 O que dizem as primeiras notícias e as primeiras leis sobre o povo Guajajara em Arame?**

A pesquisa sobre a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame proporcionou-me uma aproximação e o contato também com o passado da mesma. Essa relevante experiência foi caracterizada pela memória oral de alguns dos antigos moradores e pela análise da obra de Sousa (1989), reveladas nas primeiras subseções e, pelos párocos Cláudio Zannoni, Luis Pirotta, Jan Zuffellato, intitulada “O Senhor disse, eu vi, eu vi,” de 2018, que analisarei nesta última subseção.

As obras desses autores são registros documentais da história da cidade de Arame que contribuem para o reconhecimento de que quando o Sr. Guarim chegou ao território que hoje

é o município, o povo Guajajara já habitava o local. A história apresentada nessas obras descreve como o não indígena agiu em relação aos indígenas e a apropriação do espaço.

Dessa maneira seu astuto cidadão foi conquistando pouco a pouco a selva e seus habitantes primitivos. Primeiro conquistando as aldeias TYRYRYCA e SUCURIÚ, vizinhas bem próximas do pequeno lugarejo [...]. Desapareceram os precursores iniciais da História do Arame. Foi então que chegou o nosso Mártir Francisco Guarim com os seus 02 companheiros: Custódio Guarim e Zé Cardoso e começaram verdadeiramente a povoação do pequenino lugarejo. Primeiro, a Comitiva de Fundadores, o qual foram os Guarins e, só depois, aos poucos e compassadamente foram chegando pessoas e mais pessoas para crescerem e desenvolverem o pequeno Povoado (SOUSA, 1989, p. 25).

A violenta força do conquistador, descrita por Sousa (1989) de grande modo explica a realidade atual. O registro do autor documenta como parte do povo do lugar onde nasci e vivi até meus 17 anos, apagou para eles e para as próximas gerações a presença e as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje em todos os seus contextos. Como consequência e/ou como parte do processo de apagamento da cultura do povo Guajajara, gerações não (re) conhecem a história do seu lugar, da sua cidade. Dessa forma, o processo de apagamento da cultura do povo Guajajara interfere na identidade do povo do município de Arame.

A dificuldade de encontrar os poucos registros desta história ainda recente, me levou a uma busca por moradores não indígenas mais antigos que ainda permanecem na cidade. Para tanto, procurei à Prefeitura e à Câmara Municipal de vereadores a procura de documentos que apontassem alguns nomes e elementos históricos sobre os indígenas que ainda não tinha tido acesso.

Os documentos escritos que encontrei foram dois recortes de jornais; o primeiro de 17/09/1981, chamado “O Governo”, obtido junto a um dos moradores mais antigo da cidade, o senhor Adiel Pantaleão, e o segundo de 01/09/2013, chamado “Tribuna Regional” e duas leis municipais; a lei de criação do Brasão e do Hino. (Anexos 3 – os jornais e as leis)

Essas fontes documentais autenticam a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade, bem como as suas contribuições para a formação da cidade como a conhecemos hoje, antes, durante e depois da sua emancipação política.

Portanto, ao abordar o povo Guajajara, a pesquisa, fundamentada em registros, reafirma que esse povo é de fato os primeiros moradores da cidade de Arame e que o mesmo é caracterizado por um processo de apagamento na história do município.

Portanto, o objetivo desta subseção é discutir a invisibilidade do povo Guajajara a partir da obra dos párocos Zannoni, Pirota, Zuffellato (2018), iniciando pelos dois recortes de jornais do Estado e depois pelas duas leis do Município.

#### **2.4.1 Os Jornais do Estado.**

Ao analisar os recortes dos jornais “O Governo”, o “Tribuna Regional” e as leis do Município que apresentam significativos fatos da história e recente da cidade de Arame, constatei que o povo Guajajara não foi descrito em nenhum desses veículos de comunicação e nem nas leis. Entretanto, é importante destacar não haver registros que essas fontes documentais já tenham recebido qualquer tratamento analítico.

Sobre a edição do jornal “O Governo”, de 17/08/ a 17/09/ de 1981, trata-se de uma edição bimensal que ao noticiar o contexto do crescimento do povoado, especificamente os desdobramentos para municipalização da localidade pela lei de criação de novos municípios. Na reportagem, o jornal apresenta apenas representações não indígenas. Segundo o próprio jornal “O Governo” (1981, p. 8) existia um movimento benfazejo e altruístico, visando à criação do Município de Arame, considerando o assustador progresso que detém a localidade.

O Jornal "O Governo", que há longos 23 anos, luta ombro a ombro por melhores dias para o Homem do Campo, foi até o Arame, com a precípua finalidade de hipotecar irrestrita solidariedade aquela gente boa e amiga. Ouvimos todas as camadas sociais, com relação à criação do Município Arame (O GOVERNO, 1981, p. 8).

Apesar de ter registrado que ouviram todas as camadas sociais, com relação à criação do Município Arame, nas entrevistas apresentadas na reportagem veiculada pelo jornal consta apenas a participação de não indígenas; comerciantes, agricultores e pecuaristas. Portanto, ao contrário do que diz a reportagem, nem todas as camadas sociais foram ouvidas. A “camada social” constituída dos indígenas foi invisibilizada e não participaram do movimento para a criação do Município de Arame. Como já apontado anteriormente, o povoado Arame cresceu com a percepção estereotipada do indígena como “selvagem”.

Outro recorte da reportagem do Jornal “O Governo” que chama atenção é: “Nossa reportagem pode, em pesquisa pública feita, saber que o fundador e primeiro morador de Arame, foi o piauiense Francisco Guarim, que ali chegou aos 6 de agosto de 1963, onde exercia atividade na agricultura” (O GOVERNO, 1981, p. 8). O recorte registrado, de significativo modo, invisibiliza a existência do povo Guajajara, pois é evidente não só uma divisão de camada social, mas consequentemente o apagamento social e cultrua de povo em

detrimento de outro. Chama a atenção o protagonismo do Sr. Guarim e a sua história de vida em detrimento da história de tantos indígenas Guajajara da aldeia Tawari Queimado.

Percebo nesta subseção que o processo de invisibilidade social está em todas as etapas e camadas da sociedade aramense, onde se cria uma narrativa que também atenda a lei do novo município.

Outro importante registro que fundamenta esta pesquisa é obra dos párocos Zannoni, Pirotta, Zuffellato (2018) que chegaram ao povoado Arame em dezembro de 1981 para trabalhar na paróquia de São Francisco de Assis, igreja matriz, onde permaneceram por 10 anos, isto é, são contemporâneos da época que a reportagem foi feita.

Zannoni (2018, p.25) descreve que “beirando o território do povoado havia a mata virgem dos índios Guajajara, uma área demarcada e protegida pelo governo através do seu órgão encarregado, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)”.

A pesquisa documental dessas duas obras se assemelha exatamente por diferenciar-se das fontes, pois ao escreverem sobre o povoado Arame, uma não inclui o povo Guajajara e a outra os descreve como a “beira”, a margem da sociedade aramense. A pesquisa investigou que as práticas religiosas do povoado não atendiam a sociedade Guajajara, pois Zannoni escreve:

Frei André não visitava as aldeias indígenas da região, conquanto a estrada que ligava Grajaú e Arame atravessasse por uns 20 km a área indígena e depois a margeasse, bem como ao ir de Arame para Buretas e lá Cajueiro, se atravessasse a área indígena. O único a visitar tais aldeias era frei Alberto, que como médico parava em algumas aldeias para consultar e distribuir remédios, e, uma vez por mês, visitava as aldeias próximas a Grajaú; Bacurizinho e Ipu. Era essa a presença da igreja junto aos índios (ZANNONI, 2018, p. 26).

Diante dos objetivos propostos para essa subseção que é discutir a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame, bem como as suas contribuições para a formação da cidade como a conhecemos antes, durante e depois da sua emancipação política em 1988, a partir da obra dos párocos; constatei com dados de campo que essa obra traz duas versões para a história da cidade baseadas na memória oral dos indígenas e não indígenas da região, já anteriormente aqui apresentadas, mas que trazem novos elementos históricos, diferenciando-se inclusive da obra de Sousa (1989).

O povoado Arame foi habitado há muito tempo pelos Guajajara, povo indígena que habita o Maranhão. Temos relatos da memória oral que fala desse lugar como o nome de Toari ou Tawari em Tupi. Os indígenas habitavam esse lugar, sobretudo porque era propício seja para a agricultura como para a caça e coleta, visto estar situado na beira do rio Zutiwa. Estes cultivavam vazantes e moravam em lugares mais altos, especialmente no morro que se situa subindo a atual Rua São Pedro; esse

era chamado Tawari, pela presença de uma árvore desse tipo em cima do morro. Nesse lugar, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, pernoitavam as boiadas que vinham do Goiás e penetravam no Maranhão seguindo os cursos dos rios Buriticupu e Zutiwa até o Pindaré e Mearim. Essas boiadas eram conduzidas, a partir de Amarante até Viana, pelos Guajajara que eram contratados pelos boiadeiros para esse serviço. Passando nesse lugar, caracterizado por ter a presença de pastagens naturais, eles pernoitavam e às vezes permaneciam por alguns dias até as boiadas se restabelecer da caminhada. Para controlar as boiadas foram colocados alguns fios de arame para não permitir o deslocamento dos animais. Foi assim que o nome veio a ser utilizado. Quando se perguntava aos boiadeiros onde pernoitava a resposta era “lá no arame”. Assim o nome permaneceu para o futuro. No começo da década de 1960 algumas famílias tentaram povoar esse lugar, mas encontraram dificuldades por ser inóspito. Logo após chegou certo Guarim que se estabeleceu com sua família e iniciou a trabalhar nesse lugar em contatos com os índios. Havia uma relação amistosa. Aos poucos começaram a chegar mais moradores sabendo desse lugar e se estabeleceram ali empurrando os índios para o lado esquerdo do rio Zutiwa (ZANNONI, 2018, p. 27).

Nessa primeira descrição específica, verifico que os autores fazem um apanhado sobre a história da cidade de Arame, começando pelos espaços ocupados pelos indígenas na região antes de 1963; até a significativa participação e inclusão na história dos indígenas, como sendo os seus primeiros moradores; e apresentam a mais conhecida teoria da cerca que deu origem ao nome da cidade.

Os párocos iniciaram esta pesquisa sobre a história da cidade de Arame tendo os moradores da cidade e também os indígenas como fontes orais, portanto se trata de uma descrição da presença dos três na região cujo valor histórico é muito importante, pois aponta pelo tamanho dos relatos em questão, que o povo Guajajara não só já estava naquela área, onde está localizado hoje o Arame e que contribuíram para a formação da cidade, mas que viviam amistosamente com os não indígenas.

O lugar que chamamos “ARAME”, antes do ano de 1962, era só uma mata virgem com algumas aldeias de ÍNDIOS GUAJAJARA. Nesta região desde o ano de 1901 havia a presença das Aldeias Barro Branco e Lago Branco, cujo capitão era o índio Sapuré Guajajara. O senhor Francisco Guarim com toda a sua família, no ano 1962, deixou a sua cidade (Santa Luzia do Pindaré) em busca de terra com maior fatura. Chegando a Arame ele pediu a permissão de moradia ao capitão Felipe dos Guajajara. Francisco Guarim obteve a permissão e assim ele se tornou o primeiro morador de Arame. Naquela época Arame era rumo para os boiadeiros que levaram o gado para Grajaú e Santa Inês. Para o medo que o gado entrasse nas aldeias dos Índios, criando prejuízos aos mesmos, o senhor Raimundo Jorge botou uma cerca de arame de uma serra para outra no lugar onde hoje se encontra a CIBRAZEM. E daí o povo começou a chamar o lugar de “ARAME”. Os primeiros moradores chegavam a Arame pelo convite de amigos e companheiros que espalhavam a voz para todos os cantos do Nordeste, dizendo que Arame era um lugar bom de caça, de legumes, de roça, enfim de todas as farturas. Foi assim que nos anos de 1964 e 1965 Arame engrandeceu. Tinha gente que chegava de todo o Nordeste, particularmente dos Estados do Piauí e Ceará (ZANNONI, 2018, p. 357).

Na descrição de Zannoni (2018) verifico que os autores fazem acréscimos sobre a história da cidade de Arame, começando pelos espaços ocupados pelos indígenas na região

em 1901 e incluem na história dos indígenas os nomes dos capitães Sapuré e Felipe Guajajara como sendo quais permitiram a permanência dos primeiros moradores não indígenas na região e apresentam para a mais conhecida teoria da cerca que deu origem ao nome da cidade, o nome do dono da cerca, o senhor Mundico Jorge.

Para além da discussão da obra, entrevistei de forma on-line o pároco Zannoni, uma vez que ele morou 10 anos na cidade, convivendo com os moradores e os indígenas.

No dia 07/07/2022, perguntei a Zannoni: Qual foi sua fonte para afirmar que o local onde está a cidade de Arame hoje teria sido uma aldeia indígena Guajajara? Ao responder o pároco afirma que: “Minha fonte foi à memória dos Guajajara depois de 30 anos de contato com eles. Esses anos me permitiram escrever o que eles falavam. Eu tinha um caderno de campo, onde colocava aquilo que sentia e que via. Tomando nota”.

Porém, não foi apenas o jornal “O Governo” (1981) e Sousa (1989) que descreveram a história da cidade de Arame até sua emancipação com uma perspectiva diferente, sem qualquer menção ao povo Guajajara e as suas contribuições para a formação da cidade como a conhecemos hoje.

O jornal Tribuna Regional, de 01/09/2013, importante fonte documental, que discuto agora, obtido através da pesquisa de campo na cidade de Arame junto ao professor do Município, o senhor José Camilo, Graduado em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), também faz o mesmo.

A reportagem do jornal acima citado foi realizada na cidade de Arame em 2013 por ocasião do seu 25º aniversário de emancipação. Com o título de crônica, o professor José Camilo, apresenta fatos que favorecem a manutenção da história da cidade de Arame a partir do Sr. Guarim, 25 anos depois da sua emancipação.

Segundo Silva (2022 apud LIMA, 2008) a ideia de que a mídia local não se ancora apenas nas informações jornalísticas produzidas a partir de acontecimentos locais, mas que, além disso, também está diretamente ligada ao território de pertencimento e à identidade de um determinado local e/ou região.

A imprensa local representada por esses dois veículos de comunicação reconhecem apenas o cidadão Guarim como o único responsável pelo desenvolvimento da cidade, através das suas instituições, nesse caso específico, a Prefeitura e a Câmara Municipal, como espaços do poder público.

Pois são nessas instituições que emanam as principais fontes de informações sobre a cidade e seus moradores, assim entendo que a história local difundiu-se potencialmente para além das fronteiras da cidade, estimulada por meio do acesso à imprensa disponível.

Para tanto, a discussão sobre a (in)visibilidade social do povo Guajajara na história da cidade de Arame e das suas contribuições para o desenvolvimento da mesma como a conhecemos hoje, é que não são reconhecidas por suas instituições públicas e nem repercutida a partir da imprensa local, 25 anos após sua emancipação.

Arame agora é uma cidade formada por vários outros nordestinos à semelhança do Sr. Guarim que chegaram para prosperar especificamente na agricultura e no comércio local e o objetivo dessa reportagem é exatamente divulgar a prosperidade da cidade após sua emancipação política.

Arame é uma das mais novas cidades maranhenses, com apenas 25 anos de emancipação. Foi fundada e planejada pelo grande desbravador, Francisco da Conceição, o popular (Chico Guarim), em 1963. O povoado de Arame, fundado à margem direita do rio Zutiwa, entre altos e belos montes, transformou-se em uma cidade pacata, porém, de grande evolução no comércio, na pecuária e também na educação. As terras de Arame foram desmembradas do município de Grajaú. A origem do nome se deu quando o seu fundador, ao chegar na região, encontrou uma velha cerca de arame que servia de divisória entre o povoado e a aldeia indígena Toari. Daí nasceu a ideia de colocar o nome do novíssimo povoado de Arame [...] Mesmo após a emancipação de Arame, dia 17 de Janeiro de 1988, ela foi administrada por um prefeito interino vindo da cidade de Grajaú. Foi o Dr Antonio Caetano Neto, que foi substituído por Raimundo Nonato Lopes de Farias (Nonato Dentista), desta vez escolhido pelo povo, atingindo a maioria dos votos contra seus dois adversários, Professor Reinaldinho e Francisco Vieira. Nonato Dentista, juntamente com todos os vereadores eleitos, deu início a construção da nova cidade de Arame. Atualmente, as maiorias das conquistas do povo aramense, vieram através dele, que logo depois foi eleito Deputado Estadual, onde teve a oportunidade de fazer muito mais pelo povo de Arame, ajudando a transformar o antigo povoado em uma bela cidade, como todos podem ver (TRIBUNA REGIONAL, 2013, p.2).

Sobre a crônica do professor José Camilo, perguntei-lhe on-line, em 03/02/2023, uma vez que ele mora em Arame desde 1970 e tendo convivido com o Sr. Guarim: Qual foi sua fonte para a produção da crônica? O professor respondeu: “Foi minha inspiração e peguei umas informações com Guarim e tinha guardado; ele era comerciante e nos tornamos amigos. Ele me contou tudo, como chegou, à fonte foi ele. Eu tenho o livro Raízes Aramenses, do Ozano”.

As perspectivas dos veículos de comunicação da sociedade dominante não mudaram com o passar do tempo. Pois continuam omitindo as contribuições e produções agrícolas e comerciais do povo Guajajara da região, noticiando na maioria das vezes, apenas conflitos e mortes entre indígenas e não indígenas. Mistificando o indígena como “um selvagem violento”.

Mas, como já apontou a pesquisa, os indígenas continuam contribuindo com a formação da cidade como a conhecemos hoje, para além da produção agrícola, da compra e

venda no comércio local, dos recursos econômicos das prestações de serviços dentro e fora das aldeias, principalmente na área da saúde e da educação.

Ainda que não existam agentes de saúde e professores indígenas que trabalham dentro da cidade de Arame com os não indígenas, os mesmos estão cada vez mais envolvidos com as questões políticas, ocupando inclusive os espaços do poder público municipal. Novas representações e histórias sendo construídas.

Dentre essas representações, destaco José Marcolino Guajajara, que foi o primeiro indígena a ser eleito vereador em Arame na eleição de 2016, depois de muitos outros terem tentado várias outras vezes.

Mas, esse resultado ainda é lento, haja vista, que depois de décadas, o Sr. Guarim é quem ainda ocupa as principais páginas de notícias da imprensa local, como o primeiro morador e único fundador da cidade.

#### **2.4.2 As Leis do Município.**

A terra “sem nome e sem dono” (SOUSA, 1989, p.20, 21) ou “terra de ninguém” (ZANNONI, 2018, p. 25) desenvolve-se com as atividades de compra e venda de gado, na agricultura e no comércio local. Sousa (1989) revela que o desenvolvimento do território onde hoje é o município é marcado pela constante chegada de novos moradores, trazendo mudanças com os anos. Eram muitas as chegadas de moradores vindo de diversos e distintos lugares, para morar no novo povoado. Assim, foi rápido o crescimento em caráter populacional.

O Sr. Guarim “passou a ser considerado o novo dono daquele pequeno lugarejo” (SOUSA, 1989, p. 22) tomou posição iniciando a construção da primeira estrada carroçal ligando Arame a outras regiões mais longes. Era muito importante naquela época, a criação de uma estrada para o eventual escoamento da produção e tráfego das pessoas.

Como um povoado de grande dimensão territorial, a cidade teria que ter necessariamente alguém que o administrasse; sendo o Sr. Guarim o seu primeiro administrador popular. O povoado tornou-se politicamente um distrito do município de Grajaú em 1967 (SOUSA, 1989).

Naquele tempo, os Distritos eram criados pelo Prefeito Municipal, de acordo com o Cartório do Registro Civil. E eram nomeados um Juiz e um Escrivão para cada Distrito. Eram autoridades [...] Seus trabalhos eram de muita importância e responsabilidade [...] casavam e registravam pessoas sem precisar ir a Grajaú, ou qualquer outra cidade. (SOUSA, 1989, p. 38).

Com a emancipação política em 17/01/1988, o Sr. Guarim perde o papel de administrador popular. Pois, com o Distrito de Arame emancipado através de um plebiscito, o Dr. Antonio Caetano Neto passa a ser o administrador político e administrativo. De forma que, o povo estaria sob a custódia de seu primeiro prefeito municipal (SOUSA, 1989).

No dia 17 de Janeiro realizou-se um plebiscito que entrou para a história de Arame como uma etapa importante de sua história; o povoado escolheu passar a ser município emancipado de Grajaú. O resultado foi; 3.229 para sim, 45 não, votos brancos 89 e 50 nulos. A vitória do sim fez explodir a alegria nas ruas com a participação do povo da cidade e da zona rural (ZANNONI, 2018, p.41).

Por decisão superior do Congresso Nacional e dos Tribunais Federais, ficou aprovado no país as eleições municipais para prefeitos e vereadores. Arame que ainda estava subjugado a um sistema de governo interino, saiu na frente com todos os seus direitos políticos e sociais (SOUSA, 1989).

Com a atual Lei de Criação do Município de Arame, nº 4.867 de 15/03/1988, quando o então Governador Eptácio Cafeteira decretou e a sancionou: Arame foi elevado à categoria de município desmembrando-se dos Municípios de Santa Luzia do Maranhão e Grajaú, constituindo-se de um único distrito, com uma área de 3.030 km (três mil e trinta quilômetros quadrados), com sede no atual povoado de Arame. Subordinado à comarca de Grajaú, o Município de Arame fica limitado ao Norte pelos Municípios de Santa Luzia do Maranhão, Paulo Ramos e Lago da Pedra; ao Sul pelo Município de Grajaú; a Leste pelo Município de Grajaú; a Oeste pelos Municípios de Amarante do Maranhão e Santa Luzia do Maranhão. (Anexo 4 – a Lei de criação do Município de Arame)

Passadas as décadas que marcam a chegada do Sr. Guarim e, importante parte do processo de povamento do território de Arame até 1988 data da emancipação política da cidade de Arame, o momento é de organização e estruturação do município. Neste sentido, a instituição de leis é fundamental. As leis que criam o Brasão Municipal e o Hino Municipal são consideradas importantes fontes de pesquisas para este estudo. Haja vista, que é objetivo desta subseção discutir a (in) visibilidade sociocultural do povo Guajajara na história da cidade de Arame, especificamente as contribuições desse povo para a formação da cidade como a conhecemos hoje, antes, durante e depois da sua emancipação política em 1988.

Dessa forma, na pesquisa será discutido o reconhecimento das representações do povo Guajajara nas leis municipais que instituem a criação desses símbolos. Tais leis foram obtidas durante a pesquisa de campo junto a Prefeitura Municipal. Pois, apesar de solicitar, também, a Câmara Municipal cópias dessas leis, que além de instituem, orientam a criação do Brasão Municipal e do Hino Municipal, não obtive nenhuma resposta ao pedido.

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define o vocábulo brasão como “conjunto de figuras que compõem escudo de famílias, nobres, cidades, corporações, Estados, etc” (2004, p.111).

Segundo Ghilardi (2020, p.1) “a heráldica é utilizada como forma de comunicação e identificação entre os seres humanos. A utilização de simbologias em brasões de entes administrativos possibilita a identificação de padrões culturais, históricos, pessoais e naturais de uma região”.

Nesse caso específico, discuto sobre o Brasão Municipal, criado pela Lei nº 025/89 que no seu Art.2º c - que apresenta um apanhado sobre os elementos ocupados no Brasão: O Sol, as Serras, o Arroz, o Milho e a Cerca de Arame.

Art. 3º - O Sol na sua cor dourada despontando atrás das Serras demonstra a beleza que surge a cada amanhecer, o despertar de sua gente trabalhadora semeando a cada dia, PAZ e TRANQUILIDADE que se reflete em seu horizonte.

Art. 4º - As Serras, simbolicamente representando o Contexto Geográfico do Município, trazem-nos uma visão de encanto e beleza que faz espelhar a dádiva da natureza que veio de fato nos orgulhar. Suas dobras e barrocas fazem surgir do âmago uma lembrança dos antepassados, rodeadas de árvores, árvores nativas que representam a vida do campo.

Art. 5º - O Arroz, com seus cachos em brotos maduros, representa o fruto do trabalho do homem desta região que se sente enriquecido por ser esta uma das principais fontes de produção, saciando abundantemente, a cada dia, sua gente.

Art. 6º - O Milho representa o incentivo ao trabalho, como também a infiltração do homem à terra de sua região.

Art. 7º - Etimologicamente a cidade de Arame surgiu de uma cerca de Arame Farpado que passou a ser o ponto principal de comunicação, localização e repouso dos animais trazidos pelos fazendeiros.

Os elementos possuem uma significativa relação histórica com a participação e inclusão de feições geográficas, estrutura econômica e a condição social do Município. No Escudo do Brasão Municipal são apresentados os aspectos geográficos com as Serras; a flora com o Arroz e o Milho, e o histórico com a Cerca.

Nos Apoios do Escudo do Brasão onde devem constar personagens históricos que representam feição marcante referente à entidade administrativa, o Brasão Municipal não apresenta seus personagens históricos, seus primeiros moradores. A apresentação da conhecida teoria da cerca que deu origem ao nome da cidade, chama a atenção, pois, o Brasão descreve a emancipação da cidade com uma perspectiva diferente sem qualquer representação do povo Guajajara e as suas contribuições para a formação da cidade como a conhecemos hoje.

A Lei que institui a criação do Brasão Municipal, importante fonte documental, tem autor desconhecido, pois seu nome não consta na lei, criada em 1989 por ocasião do seu 1º aniversário de emancipação, sancionada pelo seu primeiro prefeito eleito popularmente, Raimundo Nonato Lopes de Farias.

Com o Brasão Municipal, o autor desconhecido e o novo prefeito trazem símbolos que favorecessem a omissão da presença dos seus primeiros moradores e suas contribuições, portanto, protagonistas, o povo Guajajara.

Segundo Ghilardi: A heráldica de domínio é o emblema mais importante de um ente administrativo (municípios, estados e país, no caso brasileiro), pois reflete a história do lugar e representa os principais símbolos de um local. De fato, a heráldica de domínio (também chamada de Autárquica) é fundamental para não só a identificação da região, mas também para gerar um sentimento de importância e vínculo ao povo vivente naquela área (apud DORNELAS, 1930).

Mas, não é apenas o Brasão, símbolo municipal, que retrata a história da cidade de Arame após sua emancipação com uma perspectiva sem qualquer representação do povo Guajajara e as suas contribuições para a formação da cidade como a conhecemos hoje.

O Hino Municipal, outra importante fonte documental, instituído pela Lei nº 169/2008 sancionada pelo então Prefeito Municipal João Menezes de Sousa, de autoria do senhor Antônio Carlos Moreira Lima, atual Secretário Municipal de Cultura, que produziu a canção por ocasião do 20º aniversário de emancipação política da cidade. O Hino Municipal, que discuto agora, também reforça o apagamento do povo Guajajara no processo de povoamento e formação da população do atual município de Arame.

O Minidicionário da Língua Portuguesa conceitua o hino como “uma canção religiosa; canto patriótico; ou em louvor de heróis” (2000, p.328). Segundo Silva (2017) “um hino é uma canção destinada a honrar e louvar deuses ou heróis [...] assim entendidos, eram inicialmente destinados às práticas religiosas, mas com o tempo assumiram feições e funções políticas, inclusive com finalidades revolucionárias”.

O Hino Municipal apresenta um apanhado sobre a história da cidade: iniciando pelo rio Zutuia, passando pelo reconhecido fundador Francisco Guarim, a Emancipação em 1988, o Brasão como símbolo maior da cidade, concluindo com o Índio, o Negro e o Branco, distinguindo de forma genérica as camadas sociais da cidade. O referido Hino possui a semelhança do Brasão uma significativa relação de feições geográficas, com as matas e o rio Zutuia; histórica com Francisco Guarim; a Emancipação em 1988; e o orgulho de carregar no

peito o brasão da cidade; e a estrutura econômica e condição social da população com o índio, o negro e o branco.

Na discussão sobre o Hino Municipal percebo a ausência novamente de nomes dos protagonistas históricos para além do Sr. Guarim, que deveriam representar feição marcante referente à história da cidade a partir dos seus de fato primeiros moradores. A canção mais conhecida da origem da cidade chama atenção, por descrever a sua história local 20 anos depois da sua emancipação com uma perspectiva sem qualquer representação do povo Guajajara e as suas contribuições para a formação da cidade como a conhecemos hoje.

Segundo Silva (2017) “o hino, ao ser entoado, (re)conta uma história ou (re)transmite uma mensagem que faz lembrar porque se está na comunidade, assim como indica o que se deve desejar ser e o que tem valor, entre outras possibilidades. Enquanto ritual, o hino contribui para construir e consolidar a própria identidade de um grupo social”. A perspectiva de Silva (2017) autentica que a simbologia do Brasão e do Hino Municipal, significativos símbolos políticos e culturais, do município de Arame, não reconhecem o povo Guajajara como um dos responsáveis pelo desenvolvimento da cidade a

A discussão sobre a (in) visibilidade sociocultural do povo Guajajara na história da cidade de Arame e as suas contribuições com o desenvolvimento da mesma, como a conhecemos hoje, a partir do Brasão e do Hino Municipal, reafirma que esse povo não tem representatividade nesses importantes símbolos locais.

Portanto, o Brasão e o Hino Municipal trazem fatos que favorecessem a omissão da presença e das contribuições do povo Guajajara, dentro da narrativa investigativa frente à história da cidade e a sua importância para o reconhecimento dos seus cidadãos.

O compositor Antônio Carlos, em sua residência, perguntado sobre a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame a partir da composição do Hino Municipal, disse:

A história de Arame é contada, porém tem poucos registros sobre essa história, acho que deveriam explorar mais essa história, pra gente saber contar melhor. No caso da letra do hino, ela fala muito genérico sobre os indígenas, só fala na hora viva o índio, viva o negro, viva o branco [...] foi uma forma de lembrar os indígenas, mas faltou falar alguma coisa sobre a história deles, sobre ser os primeiros habitantes da nossa cidade, porque as pessoas chegaram depois, os Guarins chegaram depois, quando eles chegaram os indígenas já estavam aqui, o Arame já existia só foi descoberto pelos brancos, habitado pelos brancos por isso essa ausência de riqueza de detalhes sobre os indígenas no hino, só lembrei genericamente, a existência deles e fiz essa singela homenagem aos indígenas, mas admito que realmente faltou falar algo mais sobre eles. (LIMA, entrevista realizada no dia 26/12/2022, na cidade de Arame).

Nesta última subseção, abordo como os símbolos locais também comunicam a cultura da sociedade dominante, pois apagam as contribuições e produções culturais do povo Guajajara da região. Mistificando o indígena como “um selvagem sem cultura”.

Porém, o povo Guajajara tem uma cultura própria de saberes milenares na área da saúde com remédios naturais e da educação na forma de ensinar as tradições para os mais novos, entre outras.

Apesar de séculos de contato com os não indígenas o povo Guajajara preserva e valoriza sua cultura, ocupando espaços culturais, para além dos artesanatos e pinturas, traços inerentes a cultura dos povos indígenas, como o jovem Edivan dos Santos Guajajara, fotógrafo reconhecido internacionalmente pela sua arte de reproduzir sua cultura através das telas da máquina fotográfica.

O Secretário Municipal de Cultura relatou-me também que tem procurado inserir os indígenas nas programações culturais da cidade a partir da atual gestão municipal. Porém, essas programações ainda estão associadas ao Dia do Indígena.

### **3 UM OLHAR PARA O CURRÍCULO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Este terceiro capítulo tem como objetivo analisar a (in) visibilidade social do povo Guajajara na história da cidade de Arame a partir do Currículo das escolas municipais do Ensino Fundamental, primeiramente analisando e discutindo a monografia da grajauense Cynthia Helena Chaves Oliveira, intitulada *Visibilidade/Invisibilidade Indígena: uma análise das práticas discursivas em uma escola de Grajaú-Ma*, de 2019.

Oliveira (2019, p.13) iniciou sua monografia sobre a *Visibilidade/Invisibilidade Indígena* durante a sua graduação tendo estudado na escola que posteriormente seria campo da sua pesquisa, na cidade de Grajaú. As fontes orais da sua pesquisa foram os professores e alunos do Centro de Ensino Professor Dimas Simas Lima. Sua pesquisa iniciou em 2016 e segundo ela: “através da pesquisa, busquei conhecer a minha própria história”.

Uma leitura mais atenta desse valioso documento aponta que a autora narra um pouco da história da cidade de Grajaú e das suas vivências na escola campo a partir das relações de poder e diferenciação, ou seja, as relações interétnicas e as diferenças culturais, fundamentada entre tantos autores na obra de Boaventura de Sousa Santos, (2009).

Como moradora da cidade de Grajaú, a autora reconhece que tinha uma visão idílica da história da fundação da cidade, que emanava valores de paz e destoava de conflitos. Após o desvelamento percebeu que tudo isso não passava de uma visão romântica criada a partir de uma construção histórica e do amor que tem pelo seu lugar (2019). Os aspectos da história da cidade de Grajaú abordados pela autora trazem algumas distinções e semelhanças com a história da cidade de Arame, como passo a analisar a seguir, tendo como pano de fundo a sua própria vivência como moradora da cidade e pesquisadora na escola campo.

Depois analiso e discuto os dados coletados na pesquisa de campo entre os professores da Escola Maria Martins Matias em Arame. Concluo com uma análise e discussão da história da cidade de Arame presente antes, durante e depois da sua emancipação no currículo do Ensino Fundamental.

#### **3.1 Arame: Da aldeia a cidade.**

Apesar de não ser conhecido e nem constar nos registros da história da cidade de Arame conflitos entre indígenas e não indígenas como houve na história da cidade de Grajaú. Os dois municípios têm um histórico de conflitos com o povo Guajajara. Isso porque o Município de Arame foi desmembrado do Município de Grajaú em 17 de Janeiro de 1988, e

em Arame, o mais conhecido caso aconteceu entre os indígenas e os moradores do povoado Marajá, que ficava a 6 km da cidade, em Setembro de 1975.

Nesta época, a construção da rodovia no trecho Arame-Grajaú ficará a cargo da empreiteira cearense EIT9, que aproveitava o ensejo para também adquirir terras a oeste da TI Araribóia. Entre 1973 e 1974, várias famílias já tinham invadido e se instalado à margem dessa estrada, dentro dos limites da TI Araribóia. O povoado Marajá, assim formado, crescia rapidamente e, em 1975, já contava com 2000 habitantes regionais, de modo que, em maio, o Chefe do PIN Angico Torto notificava seus habitantes da necessidade de abandonarem o local, até o prazo máximo de setembro. Findo esse prazo, quando retornou ao local para exigir sua retirada, acompanhado de vários Guajajara, Mario Daltrozo foi baleado; os Guajajara reagiram e mataram o autor do disparo, ferindo mais dois dos invasores. Após esse episódio, a FUNAI passou a contar com o apoio da Polícia Federal e, em 1976, toda a margem direita do Zutiwa estava livre de invasores, embora o processo de demarcação só viesse a se concluir em 1978 (VARGA, 2008, p. 94, apud GOMES, 2002, p. 402).

Ao analisar essa descrição de Gomes (2002) e Varga (2002/2008), percebo que as histórias das duas cidades, no que diz respeito ao conflito territorial, se assemelham ainda que em menor proporção. Nesse contexto, Oliveira (2019, p.29) ressalta que “a disputa pela terra também é uma disputa marcada pelo poder, o que pode vir a explicar os conflitos territoriais”.

Em ambas as histórias estão muitos nordestinos, filhos de agricultores que abandonaram suas terras em busca de uma vida melhor e mais digna no interior do Maranhão, e que depois tiveram que abandonar “suas terras” novamente por causa desses conflitos territoriais com os indígenas.

Os moradores de São Pedro dos Cacetes eram nordestinos de outros Estados que buscavam terras para plantar no Maranhão. Suas roças eram organizadas dentro da terra indígena ou em áreas próximas a essas terras [...] As relações entre índios e não índios no São Pedro dos Cacetes não foram traumáticas como em Alto Alegre, todavia, sempre foi marcada por tensões uma vez que os Guajajara sempre consideravam os posseiros como invasores de suas terras (OLIVEIRA, 2019, p. 26 apud COELHO, 2002).

A diferença entre as duas histórias está no desfecho final dos conflitos, pois os moradores do povoado Alto Alegre e Marajá, não conseguiram a tão sonhada vida melhor e mais digna no Maranhão dentro das terras indígenas, mas ao lado das suas famílias mudaram do status social de lavradores para “invasores” e foram “expulsos”. Conforme Zannoni descreve: “Os conflitos começaram a aparecer seja entre lavradores e grileiros, como entre lavradores e índios. Um bairro de Arame, Marajá, se constituiu a partir de famílias que moravam dentro da área indígena e de lá foram expulsos” (2018, p.27). Já o remanejamento dos moradores só aconteceu em São Pedro dos Cacetes, em Grajaú.

A forma como ocorreu o remanejamento de São Pedro dos Cacetes representou também uma vitória para seus moradores. Diante de uma correlação de forças que lhes era legalmente desfavorável, os posseiros conseguiram resistir a ponto de conquistarem um novo território. Diferentemente dos moradores de Alto Alegre, que foram expulsos sem disporem de novas terras para plantar, os de São Pedro dos Cacetes garantiram seu novo espaço, o Remanso, após tantos anos de Cacetes (OLIVEIRA, 2019, p. 28 apud COELHO, 2002, p. 253).

Porém, é nas descrições de Oliveira (2019) a partir da sua vivência que percebo como a autora marca uma mudança de “território” em disputa. A terra, o poder, o lugar do conflito, da luta agora não é pelo território: “Extensão de terra, área de um país, província, cidade, etc, jurisdição, área de uma jurisdição” (BUENO, 2000, p. 613), mas pelo reconhecimento de direito e representatividade dentro dos “muros” das cidades e principalmente das escolas, nas relações interétnicas e diferenciação cultural.

Pois em relação à cidade de Arame a demarcação do território, enquanto extensão de terra, que delimita a área da cidade-região de Arame e a área indígena chamada Araribóia, teve seu processo concluído em 1978 (VARGA, 2008, apud GOMES, 2002).

Assim, analiso os primeiros registros da autora sobre sua vivência, pois suas análises das práticas discursivas na escola campo acontecem após o seu contato com o povo Guajajara e o conhecimento sobre esse povo, o qual Almeida descreve a partir de Axel Honneth, como: o invisível é o não conhecido ou reconhecido.

A palavra reconhecimento nos remete a uma situação anterior que seria o conhecimento. O conhecimento e o reconhecimento do outro está implicado no processo do conhecer e do reconhecer a si próprio, num movimento conflituoso e negocial necessário para fundar as bases intersubjetivas capazes de garantir o convívio social eticamente determinado (ALMEIDA, p. 18, 2017).

A vivência da autora confunde-se com a de muitos grajauenses e aramenses, devido à omissão da presença e contribuições do povo Guajajara na história das duas cidades. Trata-se de um processo de visibilidade social do povo Guajajara que se propaga e é repercutido partir desse novo “território” de disputa: a cidade, enquanto lugar onde estão às escolas; e nas escolas enquanto lugar onde as relações interétnicas e nas diferenciações culturais se acentuam atualmente.

Assim, para além das análises discursivas, proposto pela autora, trago a priori a sua vivência sobre a visibilidade/invisibilidade do povo Guajajara na escola Dimas, onde estudou e pesquisou como assim descreve:

Na escola Dimas não lembro em nenhum momento de ter visto algum aluno indígena ou ter assistido alguma aula que tratou sobre os povos indígenas [...] Por mais que eu busque na memória, não consigo recordar. Na verdade, nessa época eu nem sabia que havia indígenas em Grajaú. Acreditava que eles viviam distante da

cidade e que eram pessoas selvagens. Infelizmente, a concepção que eu tinha era essa, que veio a ser modificada apenas depois do meu relacionamento com um indígena e das aulas do professor Witembergue Zaparoli (OLIVEIRA, 2019, p.12).

A partir dessa descrição, chego a minha própria vivência na cidade de Arame, onde “lembro” apenas da história de vida do Sr Francisco Guarim, após sua chegada a agora cidade de Arame. A omissão da participação do povo Guajajara na história da cidade de Grajaú existe na autora, como resultado de uma construção histórica marcada pela educação recebida na escola, pelas histórias que constrói o espaço coletivo do não indígena.

Entre os documentos produzidos pela escola, Oliveira (2019) analisou o Projeto Político Pedagógico, Projetos Escolares, Planos de Aulas, entre outros e considera que embora a escola fale do respeito à diversidade, não contempla a temática indígena em suas ações, colaborando assim para uma invisibilidade indígena no âmbito escolar.

Sobre os documentos no caso, os livros didáticos, uma das fontes de conhecimento/reconhecimento que chegam até as escolas, Oliveira (2019) descreve que analisou cinco livros didáticos, sendo dois de geografia (2º e 3º ano), dois de história (2º e 3º ano) e um de arte (volume cinco) e diante da análise desses livros concorda com Grupioni (2004, apud, OLIVEIRA, 2019).

Os autores destes manuais didáticos precisam rever suas fontes e as teorias que seguem, balizando seus livros em pesquisas mais contemporâneas. As editoras, por sua vez, precisam ser mais cuidadosas no controle dos materiais que elas publicam. E o Governo Federal deve incentivar avaliações sistemáticas dos livros didáticos beneficiados nos programas de compra e distribuição de material didático para todo país.

As análises a essa omissão coletiva dos autores, editoras e do próprio Governo Federal quanto à presença e contribuições dos povos indígenas para a nossa história enquanto país e muitas cidades como Grajaú e Arame, delimita a nossa história nacional e local exclusivamente a partir do que Oliveira (2019) denuncia como uma reprodução dos mesmos discursos eurocêntricos que negam a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas do Brasil.

Vale ressaltar ainda que as descrições feitas por muitos autores de livros didáticos aos indígenas são quase sempre reduzidas ao Dia do Índio e a menção de características genéricas e traços isolados e folclorizados que não representam nenhum povo específico e reforçam a imagem estereotipada do "selvagem sem cultura”.

Esta primeira subseção discute como essa imagem estereotipada propaga-se, e repercute-se em várias gerações nas cidades e nas escolas diante do processo de invisibilidade

social dos povos indígenas e especificamente do povo Guajajara, no Maranhão e mais específico, nas cidades como Grajaú e Arame que apagaram a presença e as contribuições desse povo na história local.

Pois muitos moradores não indígenas dessas cidades não encontram os “outros” moradores indígenas, conforme compreende Oliveira: “Desde o primeiro contato com os não indígenas, os Guajajara/Tenetehara foram subjugados como os outros nas relações interétnicas” (2019, p.31).

A partir da vivência da autora como moradora há 18 anos na cidade de Grajaú e como pesquisadora na escola campo aponta-se semelhanças para vivências de outras pessoas, de outras cidades e de outras escolas, cujo resultado final deve ser: “Dar visibilidade aos povos indígenas que são produzidos diariamente como inexistentes”. (2019, p. 77).

Depois de analisar essas relações interétnicas colocada nas relações da história da cidade de Grajaú e de certa forma na história da cidade de Arame, relação esta que também está colocada nas escolas de ambas as cidade, segundo Oliveira: “Até ter dito contato com os Guajajara, nunca havia notado o preconceito dos grajauenses para com os povos indígenas [...] por não conviver com esses sujeitos, portanto essas preocupações não chegavam até mim, encontravam-se no âmbito da invisibilidade. Apenas através do conhecimento e da convivência com o outro que pude perceber o quanto esse preconceito estava engendrado no meio social grajauense, sobretudo nas escolas” (2019, p. 16) e “percebo, então que a escola é na verdade uma extensão da sociedade em que todos os valores, normas e padrões também se manifestam” (2019, p. 23).

Diagnosticado que a escola campo se enquadra no conceito de escola colonizada, em acordo com Alcântara (2015) que traz esse conceito, Oliveira distingue que: “quando se trata das relações interétnicas, principalmente entre indígenas e não indígenas, a escola ainda tem muito que avançar” (2019, p.24).

A autora ao trazer os textos da sua vivência, esta pesquisa descreve também, ainda que brevemente. o processo reverso da invisibilidade social, conforme compreende Almeida:

À medida que o sujeito passa a ter convívio social, as determinações naturais sofrem modificações, transformando-se, assim, em um ser próximo ao único, onde natureza e convívio o constituem, acarretando um aumento de sua individualidade, o que seria a construção identitária para Hegel. Isto se dá nas etapas do processo de reconhecimento [...] A luta por reconhecimento revela instâncias distintas de desenvolvimento das relações de conflito, demonstrada por Hegel em uma linha progressiva e conflituosa estabelecida nos âmbitos familiares e sociais. Honneth apresenta este percurso do indivíduo pelo reconhecimento em um quadro onde ele situa fases de desenvolvimento do indivíduo na sua subjetividade e como este desenvolve em si o reconhecimento. Hegel traz o entendimento de que o amor que surge nas relações familiares é a primeira instância do reconhecimento. Reconhecer

o outro e ser reconhecido pelo afeto impõe o sentido de completude emocional (ALMEIDA, 2017, p. 19).

Porém nem todas as pessoas têm a oportunidade de conhecer e conviver socialmente com algum indígena e sofrer as modificações e transformações que acarretam a construção identitária, etapas do processo de reconhecimento e visibilidade. Todavia, é notório tanto em Grajaú como em Arame a presença e um fluxo muito grande de jovens indígenas nessas cidades para estudarem nas escolas públicas.

Oliveira descreve, “assusta-me saber que uma cidade rodeada por aldeias ainda mantém os indígenas no âmbito da invisibilidade, uma vez que alguns grajauenses sequer sabem da existência de aldeias presentes na cidade” (2019, p. 32).

Em Arame a realidade é a mesma. A pesquisa de campo na cidade coletou junto ao senhor Luis Carlos Gomes Guajajara, coordenador da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que na região de Arame, as aldeias ficam assim distribuídas: Região Zutiua – 10 aldeias, Amarante do Maranhão: Região Abrão – 19 aldeias, Arame: Região Angico Torto – 40 aldeias e Região Ponta D’água - 19 aldeias, Arame e Grajaú: Região Lago Branco – 29 aldeias, totalizando 117 aldeias.

Ainda segundo o Sr. Luis Carlos, pelo último censo nessas aldeias a população estimada é de 5.647 indígenas. Entretanto, ele não sabe a quantidade de indígenas que moram ou estudam na cidade, mas sabem que existem e são muitos.

Na pesquisa de campo na Escola Maria Martins Matias, em Arame, localizada no bairro Olaria, próximo a algumas aldeias em torno da cidade, identificou que em 2022, dos seus 251 discentes, do turno matutino e vespertino, 61 eram indígenas.

A convivência social e o contato regular dessas aldeias com a cidade e dos alunos com as escolas do município representam a presença e a contribuição atual do povo Guajajara com a origem da cidade.

Todavia, Oliveira descreve que essa convivência na escola, em sala de aula, muitas vezes é preconceituosa e discriminatória: “Sendo assim, um Guajajara/Tenetebara não deixa de ser indígena ao buscar uma escola regular. Por outro lado, na tentativa de melhorar de vida através de um ensino sistematizado, acabam sendo bombardeados pelo preconceito e a discriminação nas relações interétnicas” (2019, p. 32).

Esse êxodo de indígenas para a cidade, para a escola regular, para um ensino sistematizado é apontado ainda por Oliveira como: “A instrução é, portanto vista por eles (os indígenas) como um meio passível dos indígenas garantirem seus direitos e conseguirem uma melhor qualidade de vida” (2019, p. 32). Diante dos conflitos que gerações de Guajararas

já vivenciaram, Oliveira marca uma mudança não só de “território”, mas das “armas” dessa luta.

Na tentativa legal de reivindicarem seus direitos a existência, a terra e a educação, contra “grupos hegemônicos que querem negar a existência dos povos indígenas a todo instante, seja na forma como são criadas as políticas públicas, a demarcação territorial e principalmente a educação” (2019, p.21), os jovens indígenas estão cada vez mais buscando as cidades e as escolas públicas.

Conforme o Sr. Luis Carlos: “Essa grande evasão de alunos indígenas procurando escolas da cidade, nos povoados vizinhos, devido muitas escolas indígenas não funcionarem nas aldeias [...] o que temos hoje é uma educação na cidade totalmente contrária a realidade dos indígenas nas aldeias”.

No processo de (in) visibilidade social, direitos são negados na tentativa de desconstruir a identidade racial, transformando o “índio” no “branco”, modificando as convivências em oportunidade de conhecer socialmente em um “território” de disputas, não mais pela terra propriamente dita, mas por direitos.

Concluo essa subseção com as descrições de Oliveira (2019, p.26) sobre o conflito no campo político da disputa pela Terra Cana Brava, onde percebo essa mudança das “armas” usadas que foram determinantes para a diferença do desfecho final de Alto Alegre e Marajá: “a primeira fase deu com expulsão dos moradores [...] e a segunda com a retirada dos moradores”.

Segundo Oliveira (2019), nesse segundo conflito além dos Guajajara e os posseiros, várias instituições e políticos da região envolveram-se. Os Guajajara e os posseiros se utilizavam de estratégias diversificadas pela disputa pela terra. O que começou com uma briga por roças acabou em institucionalização da questão, cada lado acusava o outro de invasor. Enquanto os indígenas se apoiavam na demarcação de terra expressa na constituição federal, os posseiros justificavam a permanência do povoado com base na legitimidade de posse. Para os Guajajara esse território representava a manutenção da sua identidade étnica; para os posseiros, representava o lugar onde se imperava uma história e um sentimento de comunidade. Os Guajajara conseguiram a homologação da demarcação da Terra Cana Brava. Para eles, isso significou uma vitória, pois poderiam comprovar legalmente que a Terra Cana Brava era território indígena.

Percebo pela descrição que as “armas” agora são políticas com as leis constitucionais da demarcação de terra e outras que garantem os direitos tanto para os indígenas como para os não indígenas. Instituições e agentes públicos envolveram-se nas conversações, negociações

que foram determinantes para o desfecho final e foram levados em conta valores simbólicos para ambos os grupos.

Nesse sentido, analiso essa analogia novamente a partir da escola, onde Oliveira (2019) traz a discussão de Silva (2009) sobre o currículo escolar.

Para Oliveira: “o autor entende que o currículo como uma estratégia utilizada pelo governo nas relações de poder [...] a luta então se dar em torno das narrativas, por meio dela, os grupos afirmam sua identidade [...], portanto, a invisibilidade social dos povos indígenas em Grajaú (e Arame) sustenta-se nas práticas discursiva. A escola enquanto instituição responsável por criar discursos, necessita posicionar-se numa estratégia de poder antirracista (SOUSA, 2009, apud, OLIVEIRA, 2019, p. 33-34).

Para além de discutir todos os conceitos de Sousa (2009), todas as vivências de Oliveira (2019) e todo o arcabouço das leis que regulam os direitos indígenas inclusive na educação abordados na sua monografia, até porque não é o objetivo desta pesquisa, percebo de fato, um discurso e uma narrativa racista, preconceituosa, discriminatória nessas cidades e dentro das escolas contra os indígenas e outros grupos étnicos.

As leis e as políticas públicas são uma tentativa de diminuir os impactos desses discursos e narrativas contra os povos indígenas especificamente dentro das escolas onde a temática indígenas é inserido nas escolas do Ensino Fundamental no âmbito da obrigatoriedade para produzir um currículo que respeite e reconheça a diversidade étnica.

### **3.2 O currículo que esconde um povo.**

Partindo da premissa que Oliveira (2019), utilizei a entrevista para coleta de dados entre os professores e alunos da sua escola campo. Também entrevistei 08 professores da Escola Maria Martins Matias.

Os encontros foram previamente marcados, em dias e lugares diferentes, com cada uma das pessoas entrevistadas e algumas dessas entrevistas aconteceram na residência dos meus pais em Arame e as demais na residência dos entrevistados. Alguns, porém, preferiram apenas responder o questionário e conforme orienta Almada (2022) as questões foram apresentadas por escrito aos professores. O questionário foi sistematizado em cinco perguntas sobre a história da cidade de Arame; as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje; o currículo e o material didático sobre a história da cidade.

Questionamos se os professores já trabalharam com alunos indígenas, se sentiram dificuldades e quais foram: Todos os professores responderam que já trabalharam ou

trabalham com alunos indígenas e as maiores dificuldades são a socialização e a timidez, a falta de acompanhamentos dos pais, devido a distância das aldeias, a língua, a cultura e os costumes. Segundo os professores, os alunos indígenas alteram muito a rotina semanal das aulas.

Analisando essas primeiras respostas a pesquisa apontou uma presença considerável de alunos indígenas nas escolas municipais de Arame, e que as maiores dificuldades apontadas começam com a distância das aldeias para a cidade e por conta disso os alunos faltam muito e não tem o acompanhamento dos pais na escola. Como já apontamos são 117 aldeias, algumas mais distantes da cidade o que dificulta o acesso à escola regular do município, além de ser motivo para baixa frequência e desistência, a chamada evasão escolar indígena.

Os professores apontaram como dificuldade recorrente: os costumes, os hábitos, a língua, a cultura, e as crenças diferentes dos alunos. Para Oliveira essas dificuldades nos aspectos étnicos também são vivenciadas pelos alunos: “[...] não é tarefa fácil estudar no ensino regular, visto que além de se depararem com uma aula ministrada numa língua na qual não se tem muito domínio, vivenciam a todo instante uma discriminação e porque não dizer uma invisibilidade social” (2019 p. 32-33).

Segundo Francisca Gomes da Silva Nogueira, gestora da Escola Maria Martins Matias: “a escola tem um grande número de desistência dos alunos indígenas, devido às condições da localização, econômica e cultural no que diz respeito ao casamento. Eles se casam “muito cedo” e trocam a escola pelo casamento”.

Quanto à socialização e timidez apontada nas respostas dos professores pode ser reflexo das diferenças dos costumes, dos hábitos, da língua, da cultura, e das crenças, como também do preconceito, discriminação, racismo, enfrentado regularmente por esses alunos indígenas em relação aos não indígenas.

Perguntamos ainda aos nossos interlocutores como a história da cidade de Arame é trabalhada na Escola? Quais foram seus primeiros habitantes? Todos os professores responderam que a história de Arame é trabalhada de forma bastante superficial, sobre os povos indígenas nada se sabe. Eles narram e relatam para os alunos quem foi Francisco Guarim. Cantam o hino. Como o município não fornece material didático com conteúdo específico, a maioria disse que não se sabe ao certo quais os primeiros moradores da cidade.

Por estas respostas, percebo o processo de invisibilidade social do povo Guajajara se propagando e repercutindo nas escolas municipais de Arame, “eternizando” o Sr. Guarim e a

sua história de vida como a “única história conhecida da cidade” agravada pela falta de um material didático específico sobre a história local.

A superficialidade como os professores abordam a história local, seus primeiros moradores e as questões indígenas em sala de aula, é percebida pelos alunos indígenas e não indígenas também. Em sua pesquisa: “É interessante a fala do aluno não indígena Ricardo, porque demonstra como a temática indígena é trabalhada na Escola Dimas. Como bem pontuou, a questão indígena é tratada de forma superficial. Não se aprofunda o assunto para a compreensão da diversidade étnica dos povos indígenas. Os alunos acabam saindo do ensino médio com a representação genérica dessas nações”. (OLIVEIRA, 2019, p. 73-74).

Na invisibilidade social se aprende que “o índio tem cara e jeito”. A mesma “cara”, pois todos são parecidos, o mesmo jeito/corte do cabelo. Quando o indígena não está assim “padronizado” o questionamento é iminente, “não tem cara e nem jeito de índio, então não é índio”.

A maioria dos professores conhecem apenas uma parte da história que inclui o Sr. Guarim, os comerciantes, os fazendeiros, os boiadeiros, e a cerca. Os indígenas são afastados novamente da história quase que literalmente fazendo uma analogia da cerca com o conceito defendido por Silva (2009, apud, OLIVEIRA, 2019, p.30).

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo as invisíveis que fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’ (2009, apud, OLIVEIRA, 2019, p.30).

Conforme a resposta da professora Janaína que leciona há 25 anos na área indígena: “Sempre relatamos a chegada do Sr. Francisco Guarim junto aos seus amigos boiadeiros e como marco de espera uma cerca de Arame” (JANAINA, entrevista realizada no dia 02/01/2023 na cidade de Arame).

Percebo que de fato, Arame cresceu juntamente com uma geração de indígenas e não indígenas que não tiveram o devido conhecimento da história local. Pois alguns dos professores cresceram junto com a cidade, são descendentes da terra e como resultado do processo de invisibilidade social que ainda está posto mesmo depois de décadas, não reconhece sua própria história local. Pois o Sr. Guarim e a cerca são os únicos protagonistas dessa história.

Questionamos se o povo Guajajara contribuiu com a fundação do município de Arame? Alguns professores responderam que os Guajajara contribuíram com a fundação da cidade de Arame, através dos seus costumes, cultura e tradições; que já estavam no local antes

dos primeiros moradores não indígenas formando-se aldeias e povoados até sua emancipação em 1988; como a pesca, a caça, a coleta e a agricultura; protegendo a terra, suas reservas dos caçadores e madeireiros de forma legal e eficaz; na exploração de matérias primas extraídas das suas terras que foram muito importantes para a base econômica social.

Ao discutir sobre as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade de Arame como conhecemos hoje, a pesquisa averiguou que nem todos professores têm a percepção dessa contribuição e os demais deram respostas “superficiais e genéricas”. Chamou atenção a omissão nas respostas das aldeias em torno da cidade de Arame, e a referência da contribuição apenas com a produção agrícola, da pesca, da caça, exploração de algumas matérias primas extraída da terra, ou seja, a manutenção da percepção estereotipada do indígena como “selvagem”.

Eu cheguei aqui com três anos de idade e já existiam os Guajajara aqui, então, tem uma contribuição principalmente econômica, porque viviam aqui todos junto com os brancos e depois da demarcação eles se alocaram para a área deles, mas o ponto de apoio dele é Arame e a cidade ganha economicamente e parte dos alunos estuda aqui e de certa forma os recursos entram no município para esses alunos então é uma contribuição grande. (MARIA DALVA, entrevista realizada no dia 02/01/2023, na cidade de Arame).

Destaco a resposta da professora Maria Dalva que demonstra aspectos mais específicos sobre as contribuições do povo Guajajara para a formação da cidade como a conhecemos hoje. A professora apresenta elementos novos dessas contribuições atuais na área econômica para a cidade.

Pois como já apontamos, eles continuam contribuindo com a produção agrícola, na compra e venda do comércio local, e através dos recursos econômicos das aposentadorias dos mais velhos e salários de alguns jovens que são funcionários do comércio local e da prefeitura; e dos funcionários indígenas e não indígenas que trabalham nas aldeias como agentes de saúde e professores.

Perguntamos também, como os professores analisam a história da cidade de Arame presente nos currículos do ensino fundamental? Todos os professores responderam que infelizmente a história de Arame está pouco inserida nos currículos do ensino fundamental, mas são trabalhadas de acordo com as particularidades e circunstâncias, (Gincanas escolares).

Para os professores, de forma geral, a história de Arame não está presente no Ensino Fundamental. É vagamente falada ou oralmente em determinados momentos do currículo, portanto, não está presente no currículo. Não tem material didático específico. Nesse sentido,

essa história não existe na matriz curricular na rede de ensino municipal, portanto, ainda está muito distante da realidade das grades curriculares do município.

Para os professores é falho, falta bastante coisa. Não é trabalhada, a cidade ainda não teve a preocupação de nenhum gestor de elaborar um livro de história onde fosse contemplada a história do município. Todos os professores responderam que infelizmente a história local não está inserida na matriz curricular do município, que essa temática é trabalhada em atividades extra como gincanas e outras do gênero. Percebo pela repetição das respostas que os professores até buscam recursos para suprir a ausência do material, como a oralidade.

Quanto à matriz curricular, obtida na secretaria de educação do município, está desatualizada, datando do ano de 2015, 08 anos de defasagem curricular, na rede do ensino municipal. (Anexo 6 – matriz curricular). A proposta de inclusão da história local prevista em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA) ainda não está em vigor nas escolas municipais.

Dialogando com esses documentos Oliveira (2019) diz que: “a nova LDBEN traz vários artigos que versam sobre a temática indígena como o artigo 26, parágrafo 4º ao dispor sobre a Educação Básica que menciona a importância do currículo considerar os conhecimentos locais e culturais o ensino da história do Brasil levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes, indígenas, africanas e européias.

Esse parágrafo assemelha-se com a lei 11.645/2008 que diz:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história [...] dos povos indígenas no Brasil, a cultura [...] e indígena brasileira e o [...] e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história [...] e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras. (BRASIL, 2008).

De acordo com Oliveira (2019) a lei 11.645/2008 veio a existir, devido à luta e resistência dos povos indígenas e com a promulgação da Constituição de 1988 que assegurou a esses povos o direito de continuarem sendo indígenas, uma vez que anterior a Carta Magna as palavras de ordem para esses povos foram: catequizar, civilizar e integrar. Todas as

políticas indigenistas existentes hoje só foram possíveis mediante os direitos assegurados aos povos indígenas pela Constituição de 1988.

Dessa forma todas as leis subseqüentes, passaram a ser pensadas e construídas com base na legislação nacional. Entretanto, a ausência da cultura negra e indígena no currículo escolar, fez com que os movimentos sociais lutassem pela sua inserção. Hoje, esses direitos são reconhecidos legalmente, entretanto precisam ser colocados em prática.

O Secretário Municipal de Educação de Arame, on-line no dia 13/02/2023, disse que “estão organizando com o conselho de educação a aplicação do DCTMA”.

Esse documento diz: “Um currículo inspirado no território possibilita a inserção da riqueza e diversidade do Maranhão nas ações pedagógicas nas escolas e salas de aula. Nesse sentido, constitui referência elaborada pelos professores maranhenses que consideram a BNCC, mas também a “maranhensidade” necessária a um currículo significativo para a aprendizagem de nossos estudantes (BRASIL, 2019).

Quanto à diversidade esse documenta versa que:

O currículo deve ser expressão da diversidade do estado e do povo do Maranhão, deve ser construído com base na formação sócio-histórica de sua gente e ser constituído para que os sujeitos se sintam representados e se enxerguem no processo de ensino-aprendizagem. A formação pedagógica para a diversidade pressupõe suscitar questões acerca da compreensão das diferentes e múltiplas identidades, representações e valores, trabalhando a questão do “nós” e do “outro” (ARROYO, 2008; MOREIRA, 1996; CANDAU, 2005; GOMES, 2005). Nesse sentido, faz-se necessário enfrentar o preconceito, o racismo, o machismo, a homofobia e todo e qualquer tipo de intolerância e ódio. Posto isto, o currículo deve ser a expressão da diversidade social e cultural do povo maranhense. Os espaços escolares devem refletir esse sentimento, a escola deve atender a todas as diferenças sociais, sejam elas provenientes da diversidade biológica, cultural, social, de classe, religiosa, de gênero ou étnica (BRASIL, 2019).

Ainda sobre as respostas, alguns professores parecem não acreditar que um dia a história local seja inserida na matriz curricular e prá que isso aconteça precisa de políticos e políticas públicas.

Indagados sobre se existem recursos que abordam a história da cidade a partir do povo Guajajara? Todos os professores responderam que desconhecem recursos e livros que abordam a história de Arame. Utilizam relatos e cordéis escritos que tratam sobre o assunto, que infelizmente não existe, não têm esse recurso ainda, quem sabe no futuro alguém, os professores possam fazer esse material.

Alguns responderam que sim, que existem livros que abordam a história de Arame, mas abordando as representações do não indígena como protagonistas da história de Arame, sem espaço para o registro das existências, feitos e contribuições dos indígenas Guajajara.

Essa última resposta é uma referência ao livro “Raízes Aramense” de Sousa (1989), como a própria resposta ressalta: “Só conheço, mas nunca li, o livro raízes aramenses”.

Como apontamos na pesquisa, anteriormente, se não há currículo não tem recursos, livros didáticos. Mais reitero o esforço por parte dos professores a partir das respostas, na busca de produzir um recurso complementar com os cordéis acima citados. Na pesquisa de campo tive acesso a um cordel produzido por uma professora, entretanto, a narrativa é uma reprodução do discurso histórico do Sr. Guarim, pois o único livro que alguns professores conhecem de ouvir falar é “Raízes Aramenses” de Sousa (1989) (Anexo 5 – cordel).

Sobre os livros didáticos, Oliveira entende que (2019) em relação aos povos indígenas, reforçam a ideia de que os indígenas só existem no passado visto que ao discorrer sobre o mundo globalizado, o indígena desaparece totalmente enquanto realidade, colaborando fortemente para sua invisibilidade social. Negam, portanto, a história de dizimação desses povos e de luta contra todas as imposições dos europeus.

Pela ausência de um material didático específico os professores usam de narrativa, de relato, da oralidade dos moradores mais antigos como conteúdo para suas aulas. Já ouviram falar do livro “Raízes Aramenses” (1989), mas nenhum tem acesso ao livro e nunca o leram.

Inclusive parte dessas narrativas que ouvi sobre a história da cidade, durante a pesquisa de campo está no livro, mas percebi que chega aos demais pela oralidade.

Sem um currículo norteador, material didático específico os professores recorrem à memória oral dos moradores mais antigos da cidade e como a pesquisa de campo constatou, alguns desses moradores não estão mais vivos ou não moram mais em Arame, além do que pela idade outros não recordam mais, os elementos importantes da história.

Segundo Oliveira (2019), o currículo escolar tem um papel importante no processo dentro dos “muros” das escolas que determina as relações interétnicas que se materializam em invisibilidade social e em discriminação das/nas aulas. Para Oliveira (2019, p. 33) “falar em currículo não é apenas remeter-se aos componentes, mas compreender que é uma ferramenta que possui ações e efeitos. O currículo é produzido, mas também produz”. Então, “não basta ter visibilidade somente nas leis, faz-se necessário tê-las também no âmbito escolar” (2019, p.44). Nesse sentido concordo com Oliveira quando diz: “Lentamente, o Estado tem buscado incluir esses povos em suas políticas” (2019, p.44).

#### 4 CONCLUSÃO

Concluo essa pesquisa tendo analisado a invisibilidade do povo Guajajara na história da cidade de Arame e evidenciado que este povo não faz parte da história local a três décadas de emancipação política da cidade, onde o Sr. Francisco da Conceição, o Guarim, é até hoje, reconhecido como o primeiro morador e único fundador da cidade, tendo chegado à região em 1963.

Mas, a pesquisa evidenciou a partir de fontes documentais a presença do povo Guajajara na região antes de 1963, quando era uma grande aldeia indígena chamada Tawari Queimado reconhecida pelos órgãos governamentais da época, com uma população de quase 500 indígenas, assim a pesquisa apontou o povo Guajajara como os de fato primeiros moradores da região onde hoje é a cidade de Arame.

Além da presença dos povos indígenas, a pesquisa apontou que o povo Guajajara contribuiu de forma significativa para a região, nas relações comerciais e de serviços; como a construção da Estrada do Sertão ou estrada do gado que trouxe visibilidade comercial para a região na produção agrícola e na caça. Sendo que a estrada do gado é uma das referências até hoje para a cidade, bem como a cerca de arame que dar nome a cidade, é dessa época servia de marcação para os boiadeiros, comerciantes ambulante que pernoitavam nas margens do rio Zutiwa, próximo e até mesmo na aldeia Tawari Queimado.

Evidenciou também que a invisibilidade social do povo Guajajara na história da cidade de Arame que inicia nos seus primeiros anos de fundação e perpassa pelo seu crescimento populacional, econômico e político, onde mantém a narrativa da história de vida do Sr. Guarim como se fosse também a história da cidade até sua emancipação política em 1988 e permanece até os dias de hoje, e como resultado 35º anos de emancipação política a história da cidade de Arame não contribui para o reconhecimento dos seus primeiros moradores indígenas, através da mídia e das leis locais como apontou a pesquisa.

Diante disso no currículo escolar de Arame a história da cidade de Arame e, portanto, o povo Guajajara como os primeiros moradores da região, não está presente no currículo do Ensino Fundamental. A matriz curricular não apresenta e nem representa a sua história local a partir do povo Guajajara e com isso gerações estão deixando de aprender sobre a história da cidade, a sua própria história.

Reitero a importância dessa pesquisa para a visibilidade, reconhecimento do povo Guajajara como os primeiros moradores da região de Arame, assim a contribuição que os mesmos deram para a formação da cidade como a conhecemos hoje, e a importância da obra

de Sousa (1989) para a história local como única fonte documental sobre a cidade a década, bem como a produção das outras fontes bibliográficas apresentadas na pesquisa.

Destaco que cada uma traz elementos históricos que se acrescentam e formam ao pouco a história da cidade de Arame e do seu povo.

Que as contribuições dessas obras literárias, inclusive dessa pesquisa, sejam acessíveis pelo poder público e possam chegar às escolas, aos professores, alunos indígenas ou não, a todos.

## ANEXOS

## ANEXO 1: Registro de nascimento, carteira de identidade e trabalho do Sr. Francisco da Conceição, o Guarim.

PÁGINA \_\_\_\_\_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

Estado/Território de Mangueiras  
 Comarca de Santa Cruz  
 Município de Santa Cruz  
 Distrito de Santa Cruz

NASCIMENTO N.º 15.426

CERTIFICO que às folhas 98-V do livro N.º 23-A, do Registro de Nascimento foi feito hoje, o assento de Francisco da Conceição nascido aos quingze (15) de setembro de mil novecentos e dez (10) às 10.00 horas e \_\_\_\_\_ minutos em Chapadinha, João Pessoa, Paraíba de sexo masculino

Filho de \_\_\_\_\_  
 natural \_\_\_\_\_  
 e de Dona Clodiana Maria da Conceição  
 natural \_\_\_\_\_

São avós paternos \_\_\_\_\_  
 e Dona \_\_\_\_\_  
 e avós maternos iguorados  
 e Dona X

Foi declarante o próprio registrando  
 e serviram de Testemunhas as constantes do termo

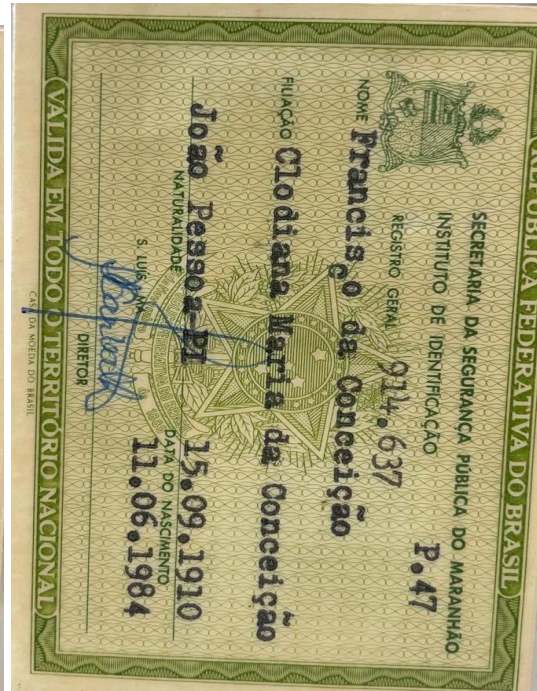
Observações: Registro feito em 03.02.73 pelo escrivão Antônio Gomes Furtado Filho.

O referido é verdade e dou fé.  
Santa Cruz 22 de setembro de 1981  
Francisca Celso Sousa  
 Escrivão Juramentado

Carência de Cartão  
 de Títulos de Santa Cruz  
 Comarca de Santa Inês-MA  
 Rua São Paulo, 100

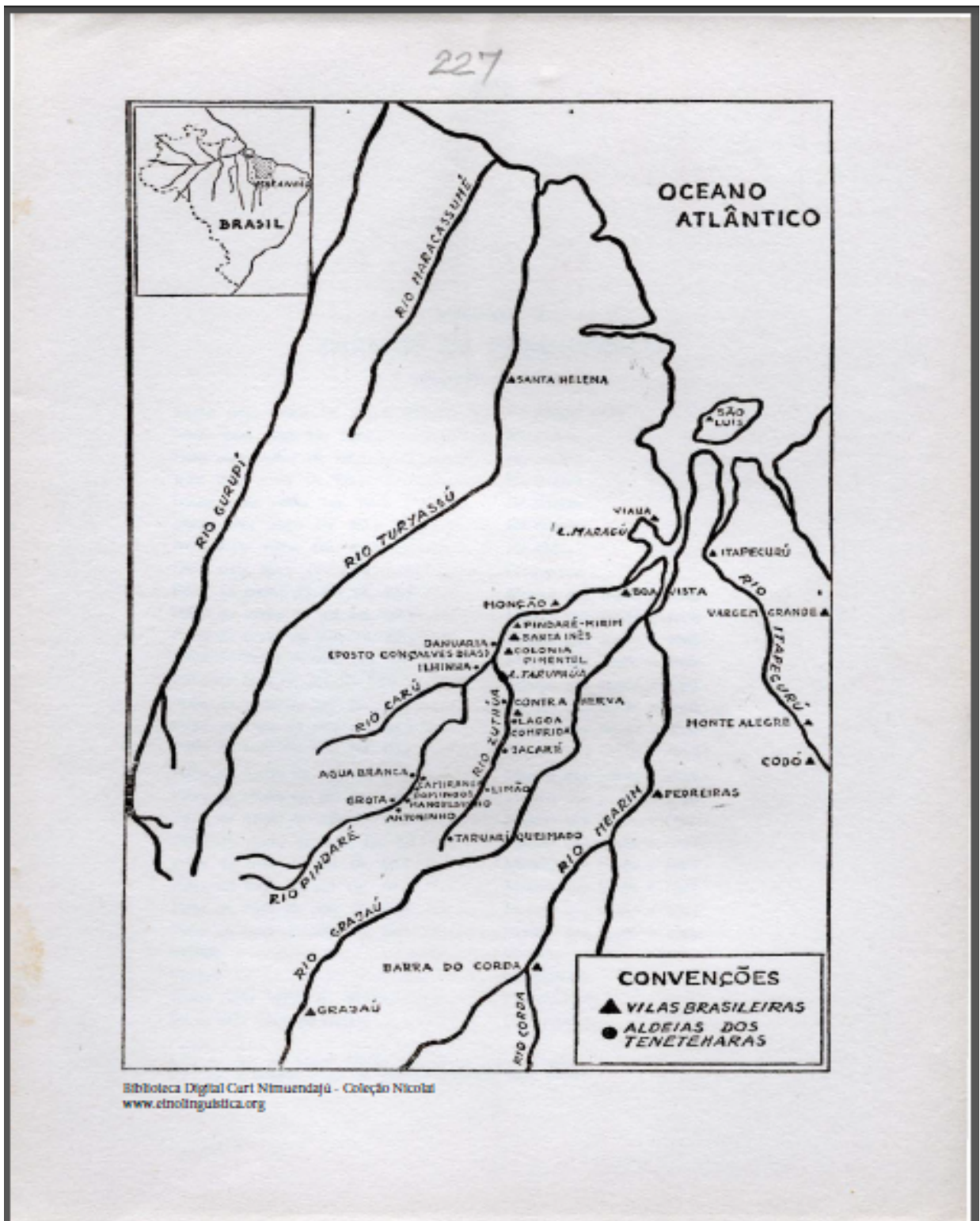
Carência de Cartão  
 de Títulos de Santa Cruz  
 Comarca de Santa Inês-MA  
 Rua São Paulo, 100

Fonte: Sr. Francisco da Conceição Filho



Fonte: Prefeitura Municipal de Arame

## ANEXO 2: Mapas da Aldeia Tawari Queimado.



Fonte: Extraído do Livro Os Índios Tenetehara (Uma cultura em transição), 1955.

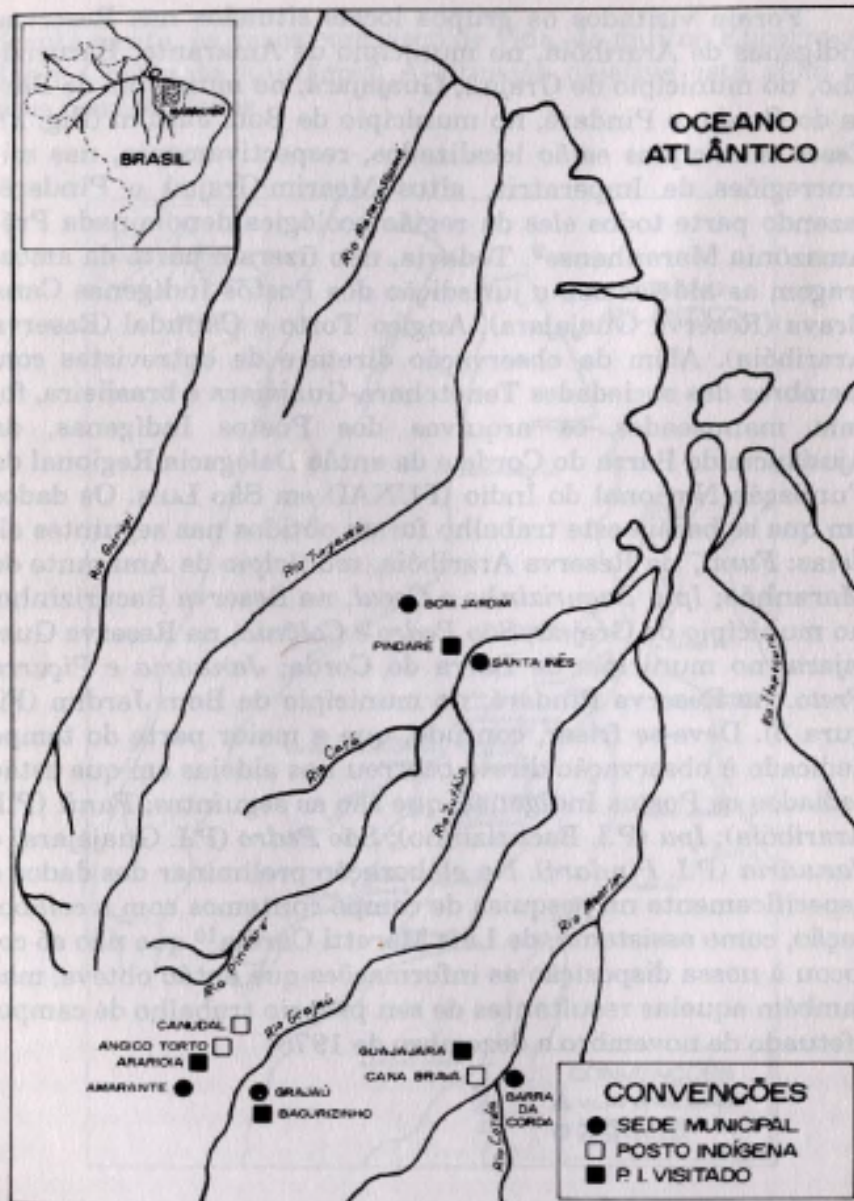
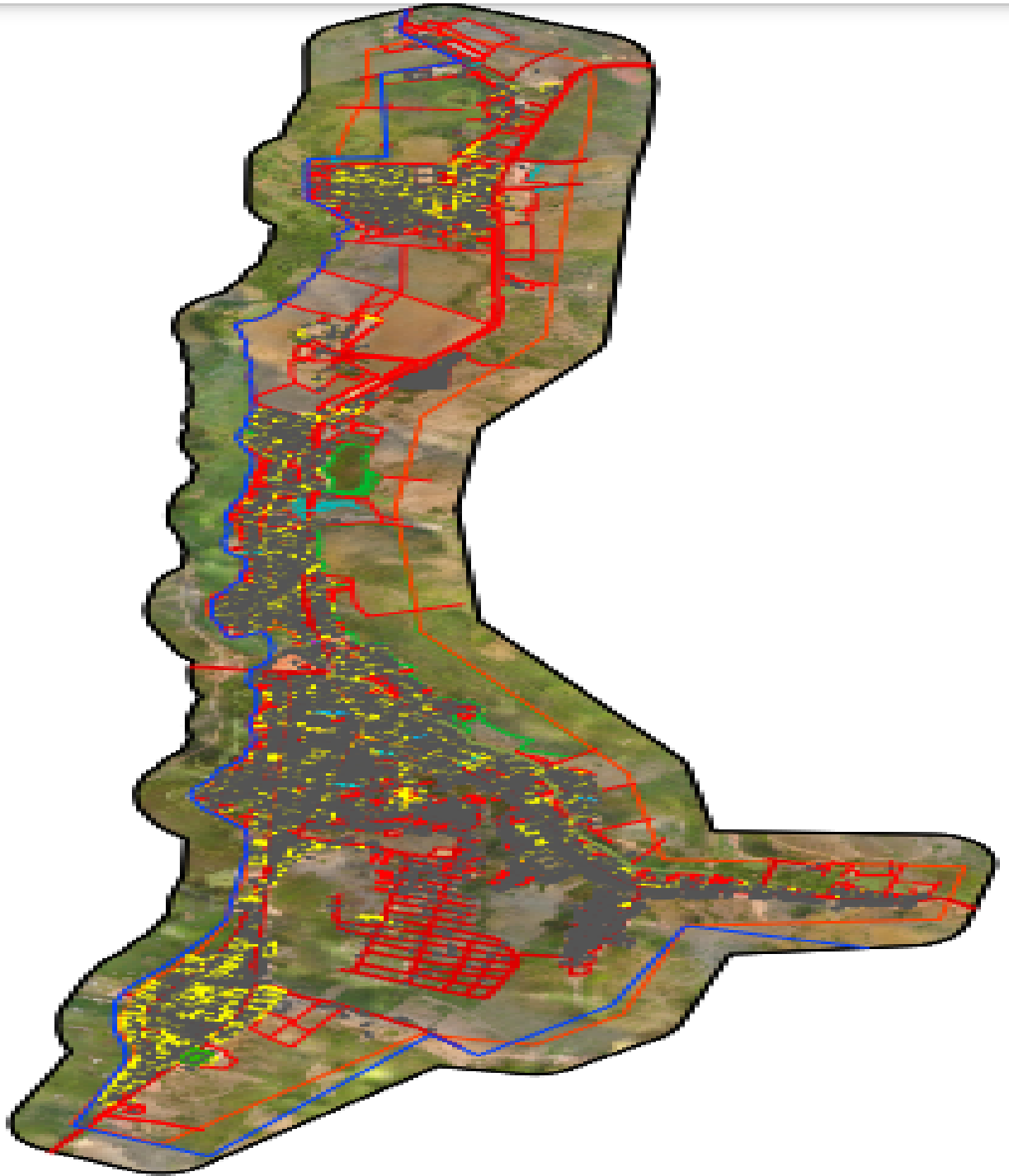
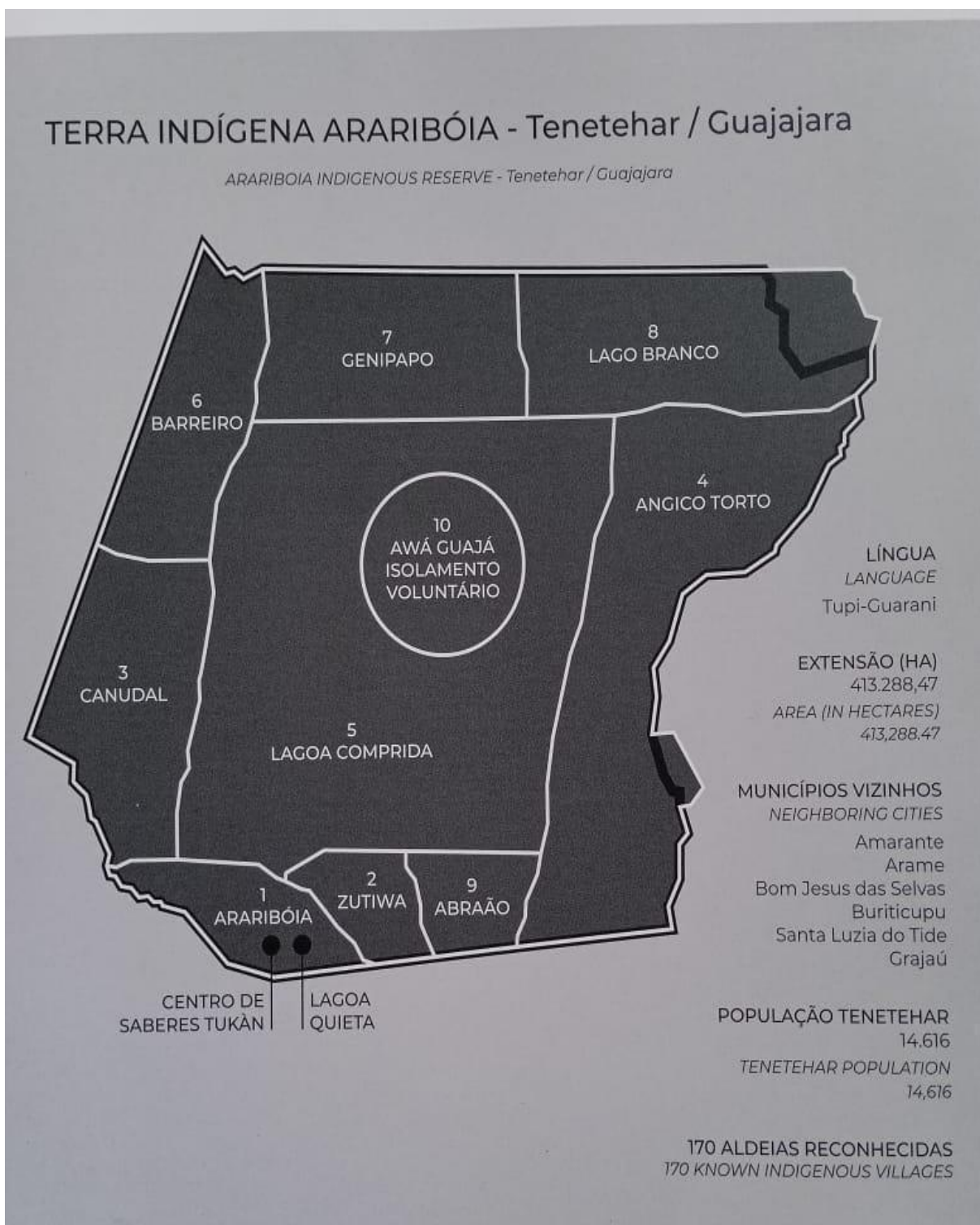


Fig. 2 - Grupos locais visitados



Fonte: Prefeitura Municipal de Arame



Fonte: Jó Lima Guajajara

### ANEXO 3: Os Jornal do Estado e As Leis do Município.

# Euclides Guedes de Lima, um homem que luta ombro a ombro pela criação do Município do Arame - uma alavanca do Progresso

Euclides Guedes de Lima, um homem que luta ombro a ombro pela criação do Município do Arame - uma alavanca do Progresso. O Sr. Euclides Guedes de Lima, um homem que luta ombro a ombro pela criação do Município do Arame - uma alavanca do Progresso. O Sr. Euclides Guedes de Lima, um homem que luta ombro a ombro pela criação do Município do Arame - uma alavanca do Progresso.

## Farmacêutico Francisco Viçoso, o Chico Caipira é uma voz firme que se levanta em favor da criação do Município do Arame

Farmacêutico Francisco Viçoso, o Chico Caipira é uma voz firme que se levanta em favor da criação do Município do Arame. O Sr. Francisco Viçoso, o Chico Caipira, é uma voz firme que se levanta em favor da criação do Município do Arame.

# CIBRAZEM tem fiel depositário no distrito de Arame, que se integra com a agricultura da região do Grajaú

CIBRAZEM tem fiel depositário no distrito de Arame, que se integra com a agricultura da região do Grajaú. O Sr. Cibrazem tem fiel depositário no distrito de Arame, que se integra com a agricultura da região do Grajaú.

## Raimundo Simão agradece no comércio do Arame

Raimundo Simão agradece no comércio do Arame. O Sr. Raimundo Simão agradece no comércio do Arame.

## Trabalhar, uma força superior no trabalho

Trabalhar, uma força superior no trabalho. O Sr. Trabalhar, uma força superior no trabalho.

## Reconhecimento

Reconhecimento. O Sr. Reconhecimento.

# Dulces Pereira da Silva, o príncipe da fotografia no Arame, um grande profissional

Dulces Pereira da Silva, o príncipe da fotografia no Arame, um grande profissional. O Sr. Dulces Pereira da Silva, o príncipe da fotografia no Arame, um grande profissional.

## No Arame Américo Bandeira Barros comanda a Política

No Arame Américo Bandeira Barros comanda a Política. O Sr. Américo Bandeira Barros comanda a Política no Arame.

# Zeico, agora hospiteira do povoado Cajazeiras, do município de Grajaú

Zeico, agora hospiteira do povoado Cajazeiras, do município de Grajaú. O Sr. Zeico, agora hospiteira do povoado Cajazeiras, do município de Grajaú.

## Vereador Antônio Pereira Sales - "O PEBA", um homem de idéias definidas

Vereador Antônio Pereira Sales - "O PEBA", um homem de idéias definidas. O Sr. Antônio Pereira Sales - "O PEBA", um homem de idéias definidas.

# No Arame Comerciante Abílio Nonato da Silva, solidário com a criação do município

No Arame Comerciante Abílio Nonato da Silva, solidário com a criação do município. O Sr. Abílio Nonato da Silva, solidário com a criação do município.

# Sargento Francisco Amerson cobra rumo no distrito de Arame, impondo ordem e respeito às leis e à moral

Sargento Francisco Amerson cobra rumo no distrito de Arame, impondo ordem e respeito às leis e à moral. O Sr. Francisco Amerson cobra rumo no distrito de Arame, impondo ordem e respeito às leis e à moral.

# Ailton Dantes ou Catinha, com o mais conhecido, detém bom comércio no Arame

Ailton Dantes ou Catinha, com o mais conhecido, detém bom comércio no Arame. O Sr. Ailton Dantes ou Catinha, com o mais conhecido, detém bom comércio no Arame.

## Deivaldo Pontes, uma bandeira de luta no comércio do Arame, está cercando a fiação ao lado da emancipação pedindo distrito

Deivaldo Pontes, uma bandeira de luta no comércio do Arame, está cercando a fiação ao lado da emancipação pedindo distrito. O Sr. Deivaldo Pontes, uma bandeira de luta no comércio do Arame, está cercando a fiação ao lado da emancipação pedindo distrito.

**08 Regional** Setembro de 2013

## Desfile de 7 de setembro

**DROGARIA BOA ESPERANÇA**  
Rua Rio Branco, 25 - Centro - ARAÇÁ - MA  
Fone: (99) 3532-4262

**Emilia Malhas e Modas**  
Qualidade e Bem-estar  
Fone: (99) 3532-2913

**Tribuna Regional** Um Jornal a serviço do povo

## Depois de seis anos, estrada Arame Vila Aratú volta a ser trafegável

Arame (MA) - O computador, o celular, o tablet, são usados em muitas situações de trabalho. Mas, quando se trata de manutenção de estradas, a máquina mais usada é o trator. É o caso da estrada de Arapeí, que após seis anos de abandono, voltou a ser trafegável. A obra foi realizada pela Prefeitura Municipal de Arame, sob a liderança do prefeito Marcelo Farias. A estrada, que liga Arapeí a Vila Aratú, tem 12,5 km de extensão e é muito importante para a comunidade local.

**Prefeito Marcelo Farias participa de encontro com o secretário Luis Fernando Silva e mais 40 prefeitos da região tocantina**

**Câmara municipal de Arame aprova reajuste de 12% nos salários dos professores**

**CRÔNICA**

**Senado aprova minireforma eleitoral**

**Desfile de 7 de setembro**

**Atas da prefeitura de Arame em área de saúde é destaque regional**

**130 alunos concluem curso de projeto Cozinha Brasil, em Dardavilla**

**02 Regional** Setembro de 2013

## Espiada Básica

Por IFRAN DE ARAÚJO

**CRÔNICA**

**CONTEXTO HISTÓRICO DE ARAME**

**HOUMOR**

**MININA VENENO**

**CURIOSIDADES**

**EXPEDIENTE**

**Setembro de 2013 Regional** 07

## Prefeitura de Arame executa obras de melhorias no abastecimento de água

Bairros estavam há anos sem serviço regular na distribuição

**Câmara municipal de Arame aprova reajuste de 12% nos salários dos professores**

**Duplicação da Rodovia BR-010 ainda não saiu do papel**

**Senado aprova minireforma eleitoral**

**DEPÓSITO DE CIMENTO**

Org.: EVERALDO  
Vendemos cimento, telhas e tijolos  
Rua Rio Branco, s/n - Centro  
Fone: (99) 3532-4228 - Arame - MA

Fonte: Professor José Nunes Vieira (José Camilo)

ESTADO DO MARANHÃO  
**Prefeitura Municipal de Arame**

C. G. C. 12.542.767/0001-21  
AV. CENTRAL, 1021  
Arame - Maranhão

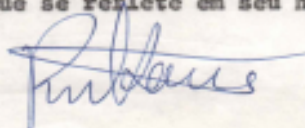
LEI Nº 025/89

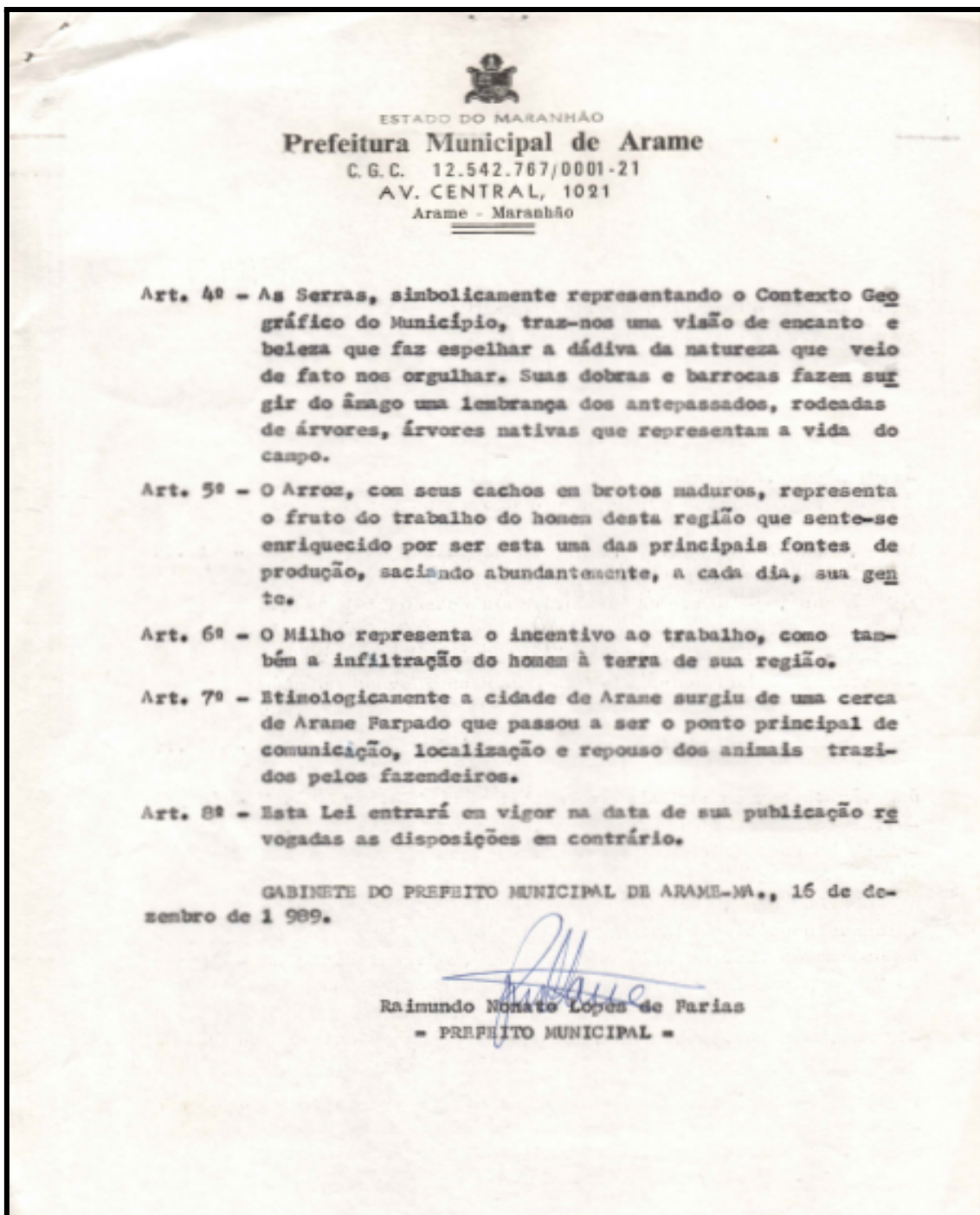
Dispõe sobre a criação do BRASÃO do Município de Arame-Ma. e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAME - MARANHÃO,

Faço saber a todos os habitantes de Arame-Ma. que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º - O BRASÃO do Município de Arame, Estado do Maranhão, foi criado para ser usado em papéis e documentos oficiais dos Órgãos dos Poderes constituídos no Município, com a finalidade única de dar autenticidade aos documentos emitidos por Órgãos da Administração Pública, bem como timbrar papéis em conveniência com as Delegações dos Administradores.
- Art. 2º - O BRASÃO do Município de Arame, Estado do Maranhão, será assim confeccionado:
- a) - Terá formato de uma circunferência que representará, Saúde, Cultura e Progresso, acompanhado de 02 (duas) Estrelas em dourado representando os 02 (dois) anos de Fundação do Município, coberto por uma fita dourada com a inscrição em azul-marinho "ARAME-MARANHÃO", não podendo a mesma ultrapassar os limites centrais da circunferência.
  - b) - Na parte inferior, conterá uma fita em três dobras com a cor dourada, contendo a inscrição em azul-marinho "17 DE JANEIRO DE 1988".
  - c) - O centro é composto pelo Sol, as Serras, o Arroz, o Milho e a Cerca de Arame.
- Art. 3º - O Sol na sua cor dourada despontando atrás das Serras, denonstra a beleza que surge a cada amanhecer, o despertar de sua gente trabalhadora semeando a cada dia, PAZ e TRANQUILIDADE que se reflete em seu horizonte.





Fonte: Prefeitura Municipal de Arame



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME**

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4032  
Rua Nova, SN, Centro Cep. 65.945-000

**LEI N.º 169/2008.**

Dispõe sobre a oficialização do Hino do Município de Arame, Estado do Maranhão, e dá outras providências, etc.

**O Prefeito Municipal de Arame/Maranhão**, no uso de suas atribuições legais, determinadas pelo artigo 44, em preenchendo os requisitos do artigo 5º da Lei Orgânica Municipal, com as competências estabelecidas pelo artigo 6º, com as atribuições determinadas pelo artigo 40, considerando a relevância do artigo 46, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a presente Lei.

**CONSIDERANDO** a existência da necessidade dos símbolos do Município, do Brasão e da Bandeira, já instituídos por lei, e da inexistência da oficialização do Hino do Município e da necessidade de sua publicação e registro nos anais do Legislativo Municipal e do Poder Executivo Municipal;

**CONSIDERANDO** a letra e música do Hino de Arame de autoria de Antonio Carlos Moreira Lima, que preenche os louvores e salvas da criação do Município de Arame, de seu fundador e fundação, de seus habitantes, das verdes matas, de nossos rios e do povo habitante da sede e do interior do município.

**CONSIDERANDO** a gentil obra com elaboração simples, mas que retrata o histórico de nossa cidade, que deverá ser adotado como Hino Oficial do Município de Arame, a ser reverenciado e respeitado quando, nas datas oficiais, for exigida a sua entoação que deverá ser cantado em forma de respeito ao símbolo do município de Arame;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica oficializado o Hino do Município de Arame, com letra e música de Antonio Carlos Moreira Lima, que deverá ser adotado e registrado nos anais da Câmara Municipal de Arame e do Poder Executivo Municipal como símbolo do município, preenchendo requisito do artigo 5º da Lei Orgânica Municipal, em que deverá ser entoada oficialmente no dia 17 de janeiro de 2.008, data oficial do 20º aniversário de emancipação política.



ESTADO DO MARANHÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4032

Rua Nova, SN, Centro Cep. 65.945-000

Art. 2º - Fica da mesma forma registrada a letra do Hino Municipal de Arame assim descrito:

### HINO DE ARAME

Letra e Música

Autor: Antonio Carlos Moreira Lima

**"Arame, Arame para sempre vou te exaltar",  
O teu povo sempre contente  
Para ti querem cantar (bis)**

Salve, salve nossos verdes nossas matas,  
Salve, salve nosso Rio Zutiwa,  
O nosso povo, que tem fé e tanta raça,  
E mora num cantinho bom desse Brasil,  
Salve Francisco Guarim,  
Que descobriu e nos mostrou  
A nossa terra adorada,  
Falamos isso com muito amor.

**"Arame, Arame, para sempre vou te exaltar",  
O teu povo sempre contente  
Para ti querem cantar**

1988, sua emancipação,  
Independente e acolhedora  
Nós te amamos de coração  
Beleza rara que nos dá orgulho  
De carregar com emoção  
Em nossos ombros, a nossa bandeira,  
E no peito, o nosso brasão.

**"Arame, Arame, para sempre vou te exaltar",  
O teu povo sempre contente  
Para ti querem cantar**

Cada palmo deste chão  
É digno de muito valor,  
Sua semente é tão fértil,  
E gente boa sempre brotou.  
Viva as crianças, e os nossos jovens,  
Viva o índio, viva o negro, viva o branco.  
E os nossos visitantes,  
Que se rendem aos nossos encantos.

**"Arame, Arame, para sempre vou te exaltar",  
O teu povo sempre contente  
Para ti querem cantar**



ESTADO DO MARANHÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4032

Rua Nova, SN, Centro Cep. 65.945-000

**Art. 3º** - Fica estabelecido o rito a ser adotado como medida provisória, dada a relevância, em que deverá ser submetida à Câmara Municipal vigendo legalmente, em que, extraordinariamente a Câmara reunir-se-á no prazo de cinco (5) dias, após convocada extraordinariamente, para examinar a matéria, sob pena de ser convertida em lei.

**Art. 4º** - A presente Lei entrará em vigor, como medida provisória, após isto, ser apreciada pela Câmara, votada e, posteriormente, sancionada pelo Poder Executivo Municipal.

Gabinete do Prefeito de Arame-MA, 29 de fevereiro de 2008.

Dr. João Menezes de Souza  
Prefeito Municipal





## ESTADO DO MARANHÃO

2

interceptação, segue pelo talvegue do Rio Zutiua a jusante até a foz do igarapé Aratoi ou Frauari; desse ponto de interceptação entre o talvegue do Rio Zutiua com a foz do igarapé Aratoi, segue-se pelo talvegue do referido igarapé até sua nascente do divisor de águas Zutiua-Grajaú, divisor este que serve de limite para os Municípios de Santa Luzia, Paulo Ramos e o futuro Município de Arame.

## Com o Município de PAULO RAMOS

Começa no ponto onde o nascente do rio igarapé aratoi, encosta na linha do divisor de águas Zutiua-Grajaú, desse ponto segue pelo referido divisor no sentido do Sul até sua interceptação com o paralelo que passa pela foz do Rio Flores; desse ponto de interceptação segue pelo referido paralelo no SENTIDO LESTE até o ponto de limite entre os Municípios de Paulo Ramos com Lago da Pedra.

## Com o Município de LAGO DA PEDRA

Começa no ponto de interceptação da linha de limite dos Municípios de Paulo Ramos e Lago da Pedra com o paralelo que passa pela foz do Rio Flores; daí segue pelo referido paralelo no sentido do Leste até sua interceptação com o talvegue do Rio Grajaú.

## Com o Município de GRAJAÚ

Começa no ponto onde o paralelo que passa pela FOZ DO RIO FLORES, intercepta o talvegue do Rio Grajaú, nas proximidades do Povoado Pau Ferrado; desse ponto, segue pelo talvegue do referido Rio, a montante, até as proximidades do Povoado Canoa Grande; segue pela estrada carroçal que interliga os Povoados Canoa Grande, Castelo e Matinha, até sua interceptação com a antiga linha de telégrafo.

## Com o Município de AMARANTE DO MARANHÃO

COMEÇA NO PONTO ONDE A ESTRADA CARROÇAL QUE INTERLIGA OS POVoados de Matinha, Castelo e Canoa Grande, inter-

*(Handwritten signature and initials)*



ESTADO DO MARANHÃO

03

cepta a antiga linha de telégrafo; segue pela referida linha de telégrafo até o seu cruzamento com o talvegue do Rio Jutina, nas proximidades do Povoado Presídio; segue pelo talvegue do referido Rio a Jusante até o ponto de interceptação deste Rio com o paralelo que passa pela foz do Rio Flôres.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe do Gabinete Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM  
SAO LUIS, 15 DE MARÇO DE 1988, 167º DA INDEPENDÊNCIA E  
100º DA REPÚBLICA.

*Caetano  
de Azevedo  
Joukiles  
15/03/88  
João Batista*

### ANEXO 5: Arame em versos (cordel)

Existia há muitos anos  
uma cerca na estrada  
onde os vaqueiros pernoitavam  
pra descansar a boiada  
e apreciar a beleza  
que aqui se encontrava

Esse local era um vale  
cercado de Arame farpado  
onde todos se reuniam  
para colocar o seu gado  
e assim aproveitavam  
pra descansar um bocado

Saindo de Grajaú  
Em Arame pernoitavam  
no dia seguinte cedo  
pra santa Inês viajavam  
atravessando rios e lagos  
ao seu destino chegavam

foi por causa dessa cerca  
que se originou o nome Arame  
e começaram a habitá-la  
igual abelha em enxame  
nossa terra é tão linda  
que não há quem não ame

Foi o Francisco Guarim  
o seu primeiro morador  
chegando aqui nesse vale  
no mesmo instante gostou  
e começou a habitá-lo esse  
grande lutador

No ano de 88  
Arame foi emancipada  
de Santa Luzia e Grajaú  
foi então desmembrada  
passando de Vila a Cidade  
mudando assim a fachada

Arame é uma terra  
beneficiada de beleza  
cercada de serras e montanhas  
bonita por natureza  
local de grande progresso  
seu comércio é uma riqueza

Nas encostas de um vale  
onde está localizada  
com a reserva Guajajara  
ela está limitada  
e pelas águas tranquilas  
do Zutiwa é banhada

Uma cidade pacata  
porém muito hospitaleira  
que se destaca na lavoura  
e na pecuária é de primeira  
e está em expansão  
na indústria hoteleira

Temos o côco da praia  
produto de grande sabor  
aqui dentro desse vale  
o povo todo plantou  
e quem provou de sua água  
à Arame sempre voltou


Temos as festas juninas  
engrandecendo o folclore  
com a dança da quadrilha  
o povo todo se envolve  
todo mundo competindo  
criança, idoso e jovem

Terra de grande progresso  
boa para se habitar  
onde todo Aramense  
tem gosto de aqui morar  
obrigada a essa terra  
por aqui nos hospedar!

**Autora: Maria Geneci Dias  
Costa**

Arame - MA

## ANEXO 6: Matriz Curricular de Arame.

  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
 CNPJ: 10830598/0001-08 - Tel. 3532-4527 - CEP: 65.945-000  
 Rua Nova, 74 - Arame - Maranhão.  
 E-mail: [umanoaeducacao@bol.com.br](mailto:umanoaeducacao@bol.com.br)

**Estrutura Curricular do Ensino Fundamental da 1º ao 9º ano**

| COMPONENTES CURRICULARES                | 1º. Ano   |             | 2º. Ano   |             | 3º. Ano   |             | 4º. Ano   |             | 5º. Ano   |             | 6º. Ano   |             | 7º. Ano   |             | 8º. Ano   |             | 9º. Ano   |             |  |
|---|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|--|
|   | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         | CHS       | CHA         |  |
| <b>Base Nacional Comum</b>              |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |  |
| Língua Portuguesa                       | 07        | 280         | 07        | 280         | 07        | 280         | 07        | 280         | 07        | 280         | 05        | 200         | 05        | 200         | 05        | 200         | 05        | 200         |  |
| Matemática                              | 07        | 280         | 07        | 280         | 07        | 280         | 07        | 280         | 07        | 280         | 05        | 200         | 05        | 200         | 05        | 200         | 05        | 200         |  |
| Ciências                                | 04        | 160         | 04        | 160         | 04        | 160         | 04        | 160         | 04        | 160         | 03        | 120         | 03        | 120         | 03        | 120         | 03        | 120         |  |
| História                                | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          |  |
| Geografia                               | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          |  |
| Arte                                    | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          |  |
| Educação Física                         | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          |  |
| Ensino Religioso                        | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          |  |
| <b>Parte Diversificada</b>              |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |           |             |  |
| Filosofia                               | -         | -           | -         | -           | -         | -           | -         | -           | -         | -           | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          | 01        | 40          |  |
| Língua Estrang. Moderna - Inglês        | -         | -           | -         | -           | -         | -           | -         | -           | -         | -           | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          | 02        | 80          |  |
| <b>Total de Aulas Semanais / Anuais</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>26</b> | <b>1040</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> | <b>25</b> | <b>1000</b> |  |

**INDICADORES:**  
 Dias Letivos Anuais: 200  
 Dias Letivos Semanais: 05  
 Duração da Aula: 45 min.  
 Horas de Atividades Diárias: 4h 30 min.

\* Observações:  
 - Esta matriz curricular está sendo trabalhada pelas escolas da rede de ensino municipal a partir do ano letivo de 2015.

Fonte: Prefeitura Municipal de Arame

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1: Roteiro da Entrevista.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO-UEMASUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS- CCHSL  
CURSO DE PEDAGOGIA

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAME – MA  
OBJETIVO

Analisar a (in) visibilidade do povo indígena Guajajara na história da cidade de Arame.

#### ROTEIRO DA ENTREVISTA

NOME: \_\_\_\_\_

**TEMPO DE TRABALHO COMO PROFESSOR (A):** \_\_\_\_\_

Você já trabalhou com alunos indígenas Guajajara? Sentiu dificuldades? Se sim, quais foram?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Como a história da cidade de Arame é trabalhada na Escola? Quais foram seus primeiros habitantes?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O povo Guajajara contribuiu com a fundação do município de Arame? De que forma? O que você sabe sobre isso?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Como você analisa a história de Arame presente nos currículos do ensino fundamental?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Existem recursos, livros que abordam a história da cidade de Arame a partir do povo Guajajara?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**APÊNDICE 2: Termo de Autorização para uso de voz e imagem.****TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE VOZ E IMAGEM**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG N° \_\_\_\_\_ e CPF N° \_\_\_\_\_, autorizo \_\_\_\_\_, Acadêmica do VIII Período do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), a usar a minha ( ) Imagem física e/ou minha ( ) Voz para cumprimento da atividade elaborada pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso ministrada pela professor Ilma Maria de Oliveira Silva de modo que este uso não me desprestige em momento algum e de forma alguma.

Imperatriz-MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

---

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **Pesquisa Educacional: Do projeto ao relatório de pesquisa**. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras. Curso de Pedagogia, Imperatriz, 2020.

ALMEIDA, MÔNICA CARVALHO DE. **Os processos de visibilidade e invisibilidade social dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em Alagoas e sua luta por reconhecimento**/Mônica Carvalho de Almeida. – 2018.

BUENO, Silveira; 1898-1989; Silveira Bueno: **Minidicionário da língua portuguesa**. – São Paulo: FTD, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_, MINIST. DE EDUCAÇÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. 1ª ed Rio De Janeiro: FGV, 2019, 487 p.

\_\_\_\_\_, Povos Indígenas do Brasil - Guajajara. Disponível em: Guajajara - Povos Indígenas no Brasil (socioambiental.org), Acesso em 15 de janeiro de 2023.

CAMILO, José. **Crônica**. Tribuna Regional, Imperatriz, Setembro de 2013.

DINIZ, Edson Soares. **Os Tenetehara-Guajajara e a sociedade nacional: flexibilidade cultural e persistência étnica**. Edson Soares Diniz. - Belém: Universidade Federal do Pará/CNPq, 1994.

GHILARDI, Renato Pirani & ANDRADE, Jocélio Santiago. **Heráldica paleontológica em entes administrativos: apresentação e possibilidades em brasões no Brasil**. A Bruxa, 2020, v. 4, n. 6, p. 12. [www.revistaabruxa.com](http://www.revistaabruxa.com), Rio de Janeiro, RJ.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis: 2002, p. 314, 402.

GOVERNO, O. São Luís, 17/08 a 17/09 de 1981.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/arame.html> acessado no dia 09/02/2023.

MINIDICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA/organizado pelo Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 2 ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

OLIVEIRA, CYNTHIA HELENA CHAVES. **Visibilidade/Invisibilidade Indígena: Uma análise das práticas discursivas em uma escola de Grajaú-MA**/Cynthia Helena Chaves Oliveira. – 2019. 82 f.

SILVA, Aldo José Maria. **UM HINO PARA A CIDADE: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX**. Feira de Santana, Bahia, Brasil, 2017.

SILVA, LUCAS BRAGA DA & MENESES, VERONICA DANTAS. **Mídia regional e produção científica no Norte do Brasil**. Revista Brasileira de História da Mídia, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 130-145, jan./jun. 2022.

SOUSA, Ozano Vieira. **Raízes Aramenses**. São Luis, 1989, p.17-48.

VARGA, István van Deursen. **A insustentável leveza do Estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão**. Revista Acta Amazônica, v. 38, p. 85-100, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pelas fronteiras e trincheiras do indigenismo e do sanitário**: a atenção às DST em comunidades indígenas, no contexto das políticas e práticas indigenistas e de saúde, na Pré-Amazônia. 2002. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Doi: 10.11606/T.6.2002.tde-09042021-09042021.091521. Acesso em: 2022-07-04

WAGLEY, C., & GALVÃO, E (1955). **Os Índios Tenetehara: Uma Cultura em Transição**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

ZANNONI, Claudio. **O Senhor disse: eu vi, eu vi; dez anos da caminhada das CEBs de Arame (MA)** / Claudio Zannoni, Luis Pirotta, Juan Zuffletto – São Luis: Claudio Zannoni ed, 2018, 386 p.